

CADERNO DE SQUIBS

Temas em estudos formais da linguagem

V. 2 N. 2, 2016

Caderno de *Squibs*:

TEMAS EM ESTUDOS FORMAIS DA LINGUAGEM

V. 2 · N. 2 · 2016

ORGANIZADORAS

Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles

Universidade de Brasília

Rozana Reigota Naves

Universidade de Brasília

Eloisa Nascimento Silva Pilati

Universidade de Brasília

Paula Guedes Baron

Universidade de Brasília

Elisabete Luciana Morais Ferreira

Universidade de Brasília

Bruna Elisa da Costa Moreira

Universidade de Brasília

Cristiany Fernandes da Silva

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos Formais da Gramática – LEFOG

Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL



Universidade de Brasília

CONSELHO EDITORIAL

Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles

Universidade de Brasília

Rozana Reigota Naves

Universidade de Brasília

Eloisa Nascimento Silva Pilati

Universidade de Brasília

Helena da Silva Guerra Vicente

Universidade de Brasília

Marcus Vinícius da Silva Lunguinho

Universidade de Brasília

Paulo Medeiros Junior

Universidade de Brasília

Paula Guedes Baron

Universidade de Brasília

Elisabete Luciana Moraes Ferreira

Universidade de Brasília

Bruna Elisa da Costa Moreira

Universidade de Brasília

Cristiany Fernandes da Silva

Universidade de Brasília

CONSELHO CIENTÍFICO

Aroldo Leal de Andrade

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

André Luis Antonelli

Universidade Estadual de Maringá

Marina Rosa Ana Augusto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Julio William Curvelo Barbosa

Universidade Estadual do Paraná

Indaiá de Santana Bassani

Universidade Federal de São Paulo

Fábio Bonfim Duarte

Universidade Federal de Minas Gerais

Simone Lúcia Guesser

Universidade Federal de Roraima

Andrew Nevins

Universidade Federal do Rio de Janeiro
University College London

Ana Paula Quadros Gomes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Andrea Knöpfle

Universidade Federal de Pernambuco

Suzi de Oliveira Lima

Universidade Federal do Rio de Janeiro
University of Toronto

Marcus Vinicius da Silva Lunguinho

Universidade de Brasília

Telma Moreira Vianna Magalhães

Universidade Federal de Alagoas

Alessandro Boechat de Medeiros

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rafael Dias Minussi

Universidade Federal de São Paulo

Bruna Elisa da Costa Moreira

Universidade de Brasília

José Ferrari Neto

Universidade Federal da Paraíba

Jairo Morais Nunes

Universidade de São Paulo

Roberta Pires de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina

Déborah de Mendonça Oliveira

Universidade Católica de Brasília

Gabriel de Avila Othero

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Lilian Coelho Pires

Univ. do Estado de Santa Catarina

Sandra Quarezemin

Univ. Federal de Santa Catarina

Poliana Camargo Rabelo

Universidade de Brasília

Núbia Saraiva Ferreira Rech
Universidade Federal de Santa Catarina

Ana Paula Scher
Universidade de São Paulo

Marcelo Amorim Sibaldo
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Maria Cristina Figueiredo Silva
Universidade Federal do Paraná

Claudia Roberta Tavares Silva
Univ. Federal Rural de Pernambuco

Keli Cristiane Eugênio Souto
Univ. Estadual de Montes Claros

Zenaide Dias Teixeira
Universidade Estadual de Goiás

Teresa Cristina Wachowicz
Universidade Federal do Paraná

Thiago Costa Chacon
Universidade de Brasília

Alexandre Costa-Leite
Universidade de Brasília

Aveliny Lima-Gregio
Universidade de Brasília

Virgínia Andrea Garrido Meirelles
Universidade de Brasília

Esmeralda Vailati Negrão
Universidade de São Paulo

Ezekiel J. Panitz
University College London

CAPA

André Maya Monteiro
Vitor Teles Ferreira

ARTE DA CAPA

Cristiany Fernandes da Silva

DIAGRAMAÇÃO,
LEITURA E PREPARAÇÃO DOS MANUSCRITOS

Paula Guedes Baron
Elisabete Luciana Morais Ferreira
Bruna Elisa da Costa Moreira
Cristiany Fernandes da Silva

Linguística. UnB. Caderno de *Squibs*: temas em estudos formais da
linguagem. Programa de Pós-Graduação em Linguística.
Laboratório de Estudos Formais da Gramática (LEFOG).
Vol.2, N.2 (dez. 2016). Brasília, DF: Universidade de Brasília.
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas.
Semestral. 2015.
ISSN: 2447-1372 (VERSÃO ON-LINE)
CDD 410
CDU 81

NOTA INICIAL

Sobre o termo *squib* em Linguística, por Marcus Lunguinho

O termo *squib*, tal qual se conhece em Linguística, é uma criação atribuída ao linguista John Robert Ross e se refere a um gênero textual que ficou popular a partir dos anos 1960 com a revista *Linguistic Inquiry*, que teve Ross como um dos primeiros responsáveis pela seção destinada justamente à publicação desse tipo de textos, denominada *Squibs and Discussion*.¹

Como um gênero textual, o *squib* apresenta características específicas tanto de forma quanto de conteúdo. No que se refere à forma, um *squib* é um texto curto, cuja extensão é medida em termos de páginas ou de número de palavras a depender do periódico. Por exemplo, na revista *Linguistic Inquiry*, o manuscrito de um *squib* não pode ultrapassar doze páginas escritas em espaço duplo.² Já na revista brasileira *D.E.L.T.A. (Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada)*, o manuscrito de um *squib* deve ter extensão máxima de 6000 palavras.³

No que se refere ao conteúdo, um *squib* é um texto que aborda questões pontuais, tanto de natureza teórica quanto empírica. Do ponto de vista teórico, um *squib* pode trazer uma reflexão crítica sobre aspectos internos de uma teoria, tais como inconsistências internas, pressupostos que não estão apresentados de maneira explícita ou que precisam ser incorporados de modo que essa teoria possa fazer as previsões corretas e/ou desejáveis. Já do ponto de vista empírico, um *squib* pode apresentar um conjunto de dados que servem para confirmar as previsões de uma teoria ou que se configuram como problemas para essa teoria. Os problemas apontados no *squib* podem ou não ser resolvidos. Além dessas questões teóricas e empíricas, um *squib* também pode servir para trazer à luz para a comunidade científica uma literatura pouco conhecida ou esquecida, em que questões importantes ou dados relevantes são discutidos. Em resumo, a função de um *squib* é fomentar a pesquisa ou apresentar observações teóricas que são de interesse para a pesquisa.⁴

¹Segundo o que se apresenta em: <https://www.ucl.ac.uk/pals/research/linguistics/li-squibs>. Nessa página, o leitor pode ainda ter acesso a um depoimento do próprio Ross acerca da etimologia da palavra *squib*.

²De acordo com as orientações que se encontram em: <http://www.mitpressjournals.org/page/sub/ling>.

³Conforme se lê nas orientações constantes em: <http://www.scielo.br/revistas/delta/iinstruc.htm>.

⁴As informações deste parágrafo são, em grande parte, baseadas em: <http://www.ledonline.it/snippets/>.

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que trazemos a público o Volume 2 da segunda edição do **Caderno de Squibs: Temas em Estudos Formais da Linguagem** da Universidade de Brasília.

Este volume é composto de seis *squibs* (além de um texto inédito de Lucia Lobato), de autoria de pesquisadores de várias instituições do Brasil e do exterior, o que revela a grande aceitação do **Caderno de Squibs** da UnB pela comunidade acadêmica e a consolidação de um dos principais objetivos dessa publicação, que é o de intensificar a interação e o debate entre pesquisadores que analisam as línguas sob a perspectiva formalista.

No que concerne aos temas dos *squibs*, no texto “Aspectos condicionadores do objeto nulo e do pronome pleno em português brasileiro: uma análise da fala infantil”, Mônica Rigo Ayres (UFRGS) e Gabriel de Ávila Othero (UFRGS) analisam de que forma os traços de animacidade e especificidade ou de gênero interferem na produção de objetos nulos, por meio da investigação da fala de crianças entre as idades de 1 a 9 anos, dos *corpora* do CEAAL (PUCRS) e PEUL (UFRJ).

No segundo texto, “Novas hipóteses sobre debucalização de /s/ no português brasileiro”, Fábio dos Santos Tenório (UNIFESP) e Indaiá de Santana Bassani (UNIFESP), definem a debucalização como “um processo fonológico caracterizado pela perda de articulação supra-glotal com preservação do movimento de abertura da glote” e, sob a ótica da Fonologia Autossegmental, descrevem e analisam tal processo no português brasileiro.

O terceiro *squib*, “Por uma releitura das nominalizações em infinitivo do português”, de Maurício Resende (UNICAMP), propõe uma operação derivacional para transformar verbos em nomes em português. Tal operação é denominada “nominalização infinitiva” — [ligar]_V → [ligar]_N —, como em “O ligar das máquinas é a etapa menos complicada”. A hipótese do autor se fundamenta na afirmação de que as operações que formam infinitivos e gerúndios nominais são regulares fonológica, morfológica, sintática e semanticamente, além de estarem disponíveis para qualquer verbo.

Em “Sobre la construcción de la telicidad en predicados inergativos”, Romina Trebisacce (Universidad de Buenos Aires) e José Silva Garcés (Universidad Nacional del Comahue) analisam de que modo verbos semelfactivos inergativos adquirem leitura télica. Os autores avaliam duas hipóteses distintas sobre o tema e examinam o licenciamento sintático de orações télicas em oposição a orações com significados atélicos.

O quinto *squib* intitula-se “Variação na ocorrência de preposições na aquisição do por-

tuguês brasileiro: alguns pontos”, e é de autoria de Harley Fabiano das Neves Toniette (UNICAMP) e Carla Pereira Minello (UNICAMP). Os autores analisam um *corpus* de fala infantil composto pelas gravações de duas crianças em fase de aquisição e discutem se o fenômeno de variação observado pode ser explicado como um caso de inserção tardia da preposição (inserção pós-sintática) ou simplesmente como um caso de traços que não são pronunciados.

O texto seguinte, “An analysis of the progressive with stative verbs in Brazilian Portuguese”, de Marco Tulio Orelli Bittencourt (Texas A&M International University), Rozana Reigota Naves (UnB) e Marcus Lunguinho (UnB), investiga a ocorrência do progressivo com predicados estativos no português brasileiro, tal como exemplificado em “João está sabendo geografia” e em “Maria está vivendo com Pedro”. A hipótese é a de que o progressivo, quando combinado com verbos estativos faseáveis, marca a fronteira ou a transição de fases de um dado estado, distinguindo uma fase anterior do estado de uma fase em curso.

Este volume também contém um texto inédito de Lucia Lobato, intitulado “Por que não existem pequenas orações em posição de adjunto?”. O texto original foi apresentado na V Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística (Anpoll), realizada em Recife, em julho de 1990, e não havia sido publicado.

Gostaríamos de registrar nosso agradecimento aos autores que submeteram seus trabalhos a esta publicação, bem como aos pareceristas, que nos auxiliaram na análise dos textos aqui publicados. Agradecemos em especial a Bruna Moreira, Cristiany Silva, Elisabete Ferreira e Paula Baron pela colaboração na organização de mais um volume do **Caderno de *Squibs***.

Boa leitura!

Eloisa Pilati, Heloisa Salles e Rozana Naves

NOTA DAS EDITORAS E CURADORAS DA OBRA DE LUCIA LOBATO

Nesta edição do **Caderno de *Squibs*: Temas em Estudos Formais da Linguagem**, temos o prazer de trazer a público um texto inédito da nossa querida professora Lucia Lobato. O trabalho “Por que não existem pequenas orações em posição de adjunto?” foi apresentado originalmente na V Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística (Anpoll), em julho de 1990, na cidade de Recife.

Em 2007, fomos designadas pelos filhos de Lucia Lobato curadoras da sua obra.¹ Desde então, já publicamos dois livros com textos inéditos da pesquisadora. Neste momento, ampliamos a estratégia de divulgação dos escritos desta grande linguista brasileira recorrendo à publicação de artigos dispersos em meio eletrônico. É precisamente o que fazemos nesta edição do **Caderno de *Squibs***, publicação do Laboratório de Estudos Formais da Gramática, da Universidade de Brasília (LEFOG/UnB).

A publicação do referido artigo foi sugerida pelas organizadoras desta edição Elisabete Ferreira, Bruna Moreira, Cristiany Silva e Paula Baron. Consideramos que o texto suplanta a mera contribuição teórica ao tema e evidencia várias qualidades do pensamento científico de Lucia, que nos inspiram a cada dia: a organização, a valorização da análise dos dados, a clareza na argumentação e o uso da teoria para expressão de propriedades linguísticas não facilmente observáveis sem olhar científico e metucioso.

Os leitores verão que, partindo de propostas hoje consideradas clássicas, tais como a de Abney (1986) e a de Fukui (1986), Lucia Lobato apresenta uma análise para distinguir e explicar propriedades sintáticas e semânticas de um tipo de sintagmas adjetivais que, até o momento, vinha sendo analisado como pequena oração (*small clause*). Por meio de uma argumentação clara e didática, a autora comenta as vantagens teóricas de sua proposta em termos sintáticos. Vale ressaltar que, apesar de ser um texto apresentado originalmente em 1990, a discussão que ele apresenta é atual. Assim, a proposta apresentada no artigo permanece perfeitamente viável, tanto sob o ponto de vista descritivo quanto teórico.

Por tudo isso, trata-se de mais uma leitura fundamental para os que estudam fenômenos gramaticais como os que são tão competentemente analisados por Lucia Lobato.

Boa leitura!

Eloisa Pilati, Heloisa Salles e Rozana Naves

¹Eloisa Pilati, Helena Guerra Vicente, Heloisa Salles e Rozana Naves.

Aspectos condicionadores do objeto nulo e do pronome pleno em português brasileiro: uma análise da fala infantil

Mônica Rigo Ayres*
Gabriel de Ávila Othero†

Resumo

O quadro pronominal do português brasileiro (PB) vem passando por modificações ao longo do tempo. Desde o século XIX, o clítico acusativo de terceira pessoa (*o, a*) vem perdendo espaço no conjunto de pronomes. Para retomar elementos anafóricos em posição de objeto direto, a gramática do PB fornece duas estratégias no lugar do clítico: o pronome pleno (*ele, ela*) ou uma categoria vazia. A escolha por uma estratégia ou outra não é aleatória; acontece por influência de traços semânticos (e talvez discursivos) do referente anafórico. De acordo com a literatura sobre o assunto, os traços de animacidade e especificidade ou de gênero semântico são os que parecem condicionar o uso de pronomes e objetos nulos em PB, e é isso que investigaremos aqui. Nossa hipótese central é que apenas uma dessas características do referente seja de fato aquela que condicione o uso do pronome ou do objeto nulo na retomada anafórica: o traço de gênero semântico. Para corroborar essa hipótese, analisamos aqui a fala de crianças entre as idades de 1 a 9 anos, dos *corpora* do CEAAL (PUCRS) e PEUL (UFRJ).

Palavras-chave: retomada anafórica, objeto nulo, português brasileiro, linguagem infantil

Abstract

The pronominal inventory in Brazilian Portuguese (BP) has been undergoing changes over time. Since the nineteenth century, the accusative third person clitic (*o, a*) has been falling away. BP grammar provides two new strategies to replace the clitic: the full pronoun

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Doutoranda em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Letras, *e-mail*: monicarigoayres@hotmail.com.

†Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Professor Adjunto do Instituto de Letras, *e-mail*: gabriel.othero@ufrgs.br.

(*ele, ela*) or a null element. The choice of one strategy or the other is not random; it is straightforwardly related to semantic (and perhaps discursive) features of the antecedent. According to the literature on the subject, features of animacy and specificity or semantic gender are the ones that condition the use of pronouns or null objects in BP. This is what we investigate here. Our central hypothesis is that only one of these features is actually the one that triggers the use of a pronoun or the null object in anaphoric resumption, namely the semantic gender. To support this hypothesis, we analyze the speech of children between the ages of 1 to 9 years, extracted from two *corpora*: CEAAL (PUCRS) and PEUL (UFRJ).

Keywords: anaphora resolution, null object, Brazilian Portuguese, child language

1 Introdução e problemas

Neste *squib*, apresentamos nossa investigação acerca de uma propriedade bastante peculiar da gramática do português brasileiro (PB): o uso de pronomes e categorias vazias na retomada anafórica de objetos de 3ª pessoa.¹ Sabemos que uma característica da gramática do PB é a possibilidade da realização de um elemento vazio (cuja natureza ainda é alvo de discussão, cf. Raposo 1986, Galves 1989, Kato 1993, Cyrino 1994/1997, Panitz 2015, por exemplo) como objeto direto anafórico de terceira pessoa, como ilustram os exemplos abaixo:

- (1) [A Maria]_i me disse que iria ao cinema, mas eu não encontrei ela_i por lá.
- (2) O João me deu [um livro]_i, mas eu não consegui ler Ø_i ainda.

Estudos clássicos e recentes (Duarte 1989, Cyrino 1993, Nunes 1993, Schwenter 2006, 2014, Cyrino & Matos 2016, entre outros) têm mostrado que, em se tratando de retomada de um referente de 3ª pessoa na função de objeto direto, o PB adota duas estratégias predominantes: ora permite o uso de um pronome pleno (*ele, ela*), ora de um objeto nulo (ON), como ilustramos nos exemplos (1) e (2).²

Neste trabalho pretendemos investigar a fala infantil em PB (com base em dois *corpora*, como apresentamos a seguir na seção 2), com o intuito de verificarmos quais os fatores gramaticais condicionadores do pronome e do ON na retomada anafórica de 3ª pessoa na fala de crianças falantes nativas de PB em idade pré-escolar ou de começo de escolarização. Por se

¹Agradecemos os comentários dos pareceristas anônimos que apontaram uma série de inconsistências no texto original. Também agradecemos aos colegas Augusto Buchweitz (PUCRS), Eduardo Kenedy (UFF) e Karina Molsing (PUCRS) por valiosas sugestões e comentários a versões anteriores do trabalho. Todas as inconsistências remanescentes são de nossa própria responsabilidade.

²O pronome clítico (*o, a*) tem baixo índice de ocorrência como estratégia de marcação de objeto em PB (cf. referências já citadas), especialmente na fala infantil (cf. Oliveira 2007, Casagrande 2007, 2012, Ayres 2015).

tratar de fala de crianças nativas monolíngues que ainda não foram alfabetizadas e em início de processo de letramento e alfabetização, é possível que tenhamos acesso às formas vernaculares da língua, com pouca influência da “fala padrão cuidada” que acompanha o processo de aprendizagem da língua escrita e o desenvolvimento do letramento escolar.

Há, basicamente, duas explicações correntes na literatura sobre o condicionamento do ON em PB.³ A primeira afirma que uma combinação de traços do referente condiciona o uso de pronome ou de ON, a saber: os traços de animacidade e especificidade. Em sendo o antecedente [+animado] e [+específico], teremos retomada anafórica com pronome; em sendo o antecedente [-animado] e [-específico], teremos retomada anafórica com objeto nulo (cf. Cyrino 1993, 1994/1997, Schwenter 2006, 2014, entre outros). Vejamos os exemplos:

- (3) Quando eu busco [minha filha]_i na escola, eu encho ela_i \ ??Ø_i de beijos. [+a, +e]
 (4) A Maria deixou [um livro]_i aqui e nunca mais encontrou ??ele_i \ Ø_i. [-a, -e]

Entretanto, há um problema quando encontramos uma combinação assimétrica entre os traços de animacidade e especificidade do referente. Em outras palavras, se um referente tiver os traços [α a, β e], o funcionamento da retomada anafórica não fica tão claro (cf. Creus & Menuzzi 2004, Pivetta 2015 e Othero et al 2016, para uma discussão mais detalhada do problema). É o que vemos nos exemplos abaixo:

- (5) Se eu encontrar [um aluno que consiga resolver esse problema]_i, eu contrato ele_i \ Ø_i imediatamente para trabalhar em meu projeto de pesquisa. [+a, -e]
 (6) A Maria me deu [o último livro do Chomsky]_i, mas eu não li ele_i \ Ø_i ainda. [-a, +e]

Nesses casos, não fica clara a relação entre os traços do antecedente e a estratégia de retomada anafórica. Por isso, há uma alternativa a essa proposta: Creus & Menuzzi (2004) argumentam que um único traço semântico do referente é necessário para condicionar o uso de pronome *versus* ON na retomada anafórica de 3ª pessoa, o traço de gênero semântico. O gênero semântico refere-se ao sexo natural que pode ser identificado na referência de um substantivo (*menina/menino; gato/gata; boi/vaca*).⁴

De acordo com Creus & Menuzzi (2004: 161),

Do ponto de vista conceitual, a hipótese que associa os pronomes plenos do PB à presença de gênero semântico, e objetos nulos à ausência de gênero semântico é mais natural que a hipótese análoga baseada na distinção de animacidade: afinal, a diferença básica entre as formas *ele/ela* e os objetos nulos

³Para resenhas recentes sobre o assunto, remetemos o leitor a Mileski (2014), Pivetta (2015) ou Cyrino & Matos (2016).

⁴Cf. Camara Jr. (1970) para uma distinção entre gênero semântico e gênero gramatical.

é que as primeiras portam especificações de gênero, enquanto que os últimos são justamente não-especificados para gênero (bem como para número, mas nisso os ONs não diferem significativamente dos PrPIs [pronomes plenos], já que os últimos podem ou não portar a flexão de número). Ou seja, a escolha entre ONs e PrPIs resultaria, basicamente, de um processo de concordância entre antecedente e forma anafórica: antecedentes com gênero semântico favorecem o uso de PrPIs porque estas são as formas anafóricas especificadas para gênero; e antecedentes sem gênero semântico favorecem o uso de ONs precisamente porque ONs não possuem especificação para gênero semântico.

Nosso objetivo, neste *squib*, é verificar qual das duas hipóteses explica de maneira mais adequada o funcionamento das estratégias de retomada anafórica do objeto direto de 3ª pessoa na fala infantil.⁵ Para isso, efetuamos pesquisa em dois *corpora* de fala infantil com 36 crianças de idades entre 1 e 9 anos. Na próxima seção, apresentaremos os *corpora* que compuseram o “*corpus* conjunto” que serviu de base para nosso trabalho. Depois, na seção 3, apresentamos a análise dos dados e as conclusões a que chegamos. Por último, na seção “Palavras finais”, fazemos o fechamento do texto, apresentando algumas generalizações a que chegamos.

2 Metodologia

Pesquisamos as ocorrências de retomadas anafóricas de objeto de 3ª pessoa em dois *corpora* de linguagem infantil: o *corpus* do Centro de Estudos sobre Aquisição e Aprendizagem da Linguagem (CEAAL) e o *corpus* do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL). O *corpus* do CEAAL foi organizado por pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A coleta de dados ocorreu entre 1999 e 2001, acompanhando longitudinalmente o processo de aquisição da linguagem de duas crianças: uma de 1:10 a 3:7 e a outra de 2:1 a 3:6. Esse *corpus* é composto por 12 entrevistas, sendo 6 de uma criança e 6 de outra.

O *corpus* do PEUL foi organizado com a intenção de estudar a variação linguística do português falado e escrito do Rio de Janeiro. A amostra de fala que analisamos é do *subcorpus* “Amostra de fala infantil”, coletada entre 1979 e 1981. Essa amostra conta com informantes cujas idades variam de 4 a 9 anos de idade e é composto por 31 entrevistas, totalizando 34 crianças participantes. Por isso, temos dados de *linguagem infantil*, como enfatizamos no título, mas não de aquisição da linguagem (ao contrário de outros trabalhos que usaram apenas os dados do *corpus* do CEEAL, por exemplo, como Casagrande 2007).

⁵Devemos fazer uma ressalva importante: todos os trabalhos que mencionamos até aqui lidaram com língua escrita ou fala adulta. Testaremos as hipóteses em dados de fala infantil, o que pode revelar (na verdade, revela, como veremos na próxima seção) algumas diferenças.

Juntando os dois *corpora* para formar o *corpus* de nossa pesquisa, temos um total de 36 informantes, de 1 a 9 anos de idade, 633 páginas de língua falada transcrita e 244.707 palavras. Analisamos as transcrições marcando todas as ocorrências de retomadas anafóricas em função de objeto direto, separando-as em ocorrências com objeto nulo (exemplo 7) e com pronome pleno (exemplo 8) — e também com sintagma nominal (SN, exemplo 9), apenas para aproveitar nosso trabalho de análise de retomadas no *corpus* e poder contrastar nossos achados com os de outros trabalhos, que também lidaram com a retomada via SN (ainda que esse tipo de retomada não seja nosso foco):

- (7) E: A senhora aceita [um suco]_i?⁶
C: Aceito Ø_i.
- (8) E: [O anjinho]_i é muito queridinho, né?
C: Onti eu derrubei ele_i no chão eu fica triste.
- (9) E: Tu tem [uma mana]_i?
C: Tenho uma mana_i.

Depois, analisamos os antecedentes retomados pelas formas anafóricas, classificando-os conforme os três traços semântico-discursivos que mencionamos na seção anterior: animacidade (exemplos 10 e 11), especificidade (exemplos 12 e 13) e gênero semântico (exemplos 14 e 15):

- (10) E: Tu tem [uma mana]_i? [+a]
C: Tenho uma mana_i.
- (11) E: Você viu [o disco]_i? [-a]
C: Viu (vi) Ø_i.
- (12) E: Você tem [medo do guarda]_i, é? [+e]
C: Claro que eu tenho Ø_i.
- (13) E: Cê num usava [óculos]_i? [-e]
F: Eu não. Nunca usei Ø_i.
- (14) E: Que bonitinha [essa vacaquinha]_i, né? [+gs]
C: Vamos deixar ela_i aqui.

⁶Decidimos manter aqui exemplos de objetos nulos tanto em construções de objeto nulo de fato como em construções compreendidas como elipses de VP com o verbo principal repetido, tal como no exemplo (7) — cf. Matos & Cyrino (2001), Cyrino & Matos (2002). Isso porque a estrutura superficial das duas construções é virtualmente idêntica e porque os resultados de Pivetta (2015) sugerem que ambos os fenômenos tenham a mesma motivação gramatical. Além disso, não dispomos de espaço suficiente neste texto para apresentar os dados separadamente (ON x elipses de VP) e juntos. Remetemos o leitor a nossos trabalhos futuros.

- (15) E: Você assiste [novela]_i? [-gs]
 C: Assisto Ø_i.

Como pretendemos contrastar a hipótese de animacidade e especificidade com a hipótese do gênero semântico, sistematizamos todos os dados em tabelas para verificar quais são as tendências de retomada anafórica (especialmente aquelas envolvendo pronomes e ONs) na fala infantil. Vejamos nossas análises na próxima seção.

3 Análise e resultados

Esta seção pode ser um pouco árida para o leitor, pois trazemos uma série de tabelas e gráficos que apontam as tendências da retomada anafórica na fala infantil (ao menos no *corpus* que estudamos). No gráfico 1, apresentamos as ocorrências de retomadas anafóricas, divididas nas classes de ON, pronome pleno e SN repetido, separadas pelos conjuntos dos traços dos referentes que encontramos no *corpus*:

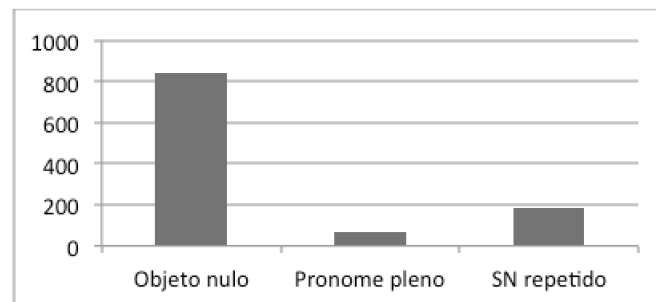


Gráfico 1: Tipos de retomadas anafóricas

Fica evidente a preferência quase categórica pelo uso de uma categoria vazia na retomada anafórica do objeto direto de 3ª pessoa; especialmente se compararmos (como é nossa proposta neste *squib*) os ONs *versus* os pronomes. É o que mostramos nas tabelas 1 e 2:

Traços do referente	Objeto Nulo	Pronomes	TOTAL
[-a, +e, -gs]	689	19	708
[-a, +e, +gs]	19	10	29
[+a, +e, -gs]	14	4	18
[+a, +e, +gs]	68	27	95
[-a, -e, -gs]	46	3	49
[+a, -e, +gs]	2	1	3
[+a, -e, -gs]	4	-	4
TOTAL	842	64	906

Tabela 1: Objeto nulo *versus* pronomes

Tipo de retomada anafórica	Ocorrências
Objeto nulo	842 (92,9%)
Pronomes	64 (7,1%)
TOTAL	906 (100%)

Tabela 2: Objeto nulo *versus* pronomes

Esses dados são fundamentais para a análise das duas hipóteses que contrastamos neste trabalho, já que ambas pretendem explicar qual é a motivação gramatical (leia-se: qual ou quais os traços do antecedente) que condiciona a distribuição complementar entre categoria vazia e pronome na retomada anafórica de objeto direto de 3ª pessoa em PB. Analisando os dados da Tabela 1, podemos perceber que, nos casos em que o referente possui a combinação dos traços [+animado] e [+específico], a preferência foi por objetos nulos, contrariando as expectativas iniciais (cf. seção 1). Por outro lado, nos casos dos referentes com os traços [-animado] e [-específico], a preferência também foi por objetos nulos, o que, agora sim, confirma as expectativas. Na verdade, repare que a criança generaliza o objeto nulo, independentemente do traço semântico-discursivo do antecedente. Por isso, ao analisarmos o traço de gênero semântico nos casos que discutimos acima, também parece que a criança generaliza o ON, independentemente de o antecedente ter o traço [+gs] ou [-gs]. Ou seja, nessa primeira aproximação, não temos evidência para decidir qual das duas teorias explica de maneira mais adequada a distribuição entre ONs e pronomes nas retomadas anafóricas da fala infantil. Mas vejamos os dados mais de perto.

No total, obtivemos 1.088 retomadas anafóricas, produzidas por 36 crianças de 1 a 9 anos de idade. Dessas retomadas 842 (77,3%) foram com ON, 182 (16,7%) com SN antecedente e 64 (5,8 %) com pronome pleno. O foco de nossa análise, como mencionamos, é a competição entre a categoria vazia (ON) e as formas pronominais preenchidas (pronomes plenos). Das ocorrências de nosso *corpus*, o ON foi a forma preferida utilizada pelas crianças, como vimos na tabela 2. Sobre os traços semântico-discursivos dos antecedentes de todas as retomadas anafóricas, os resultados que obtivemos foram os seguintes:

Antecedentes	Ocorrências
[- animado]	936 (86%)
[+ animado]	152 (14%)
TOTAL	1.088 (100%)

Tabela 3: Traço [animacidade] dos antecedentes

Ou seja: a maioria dos antecedentes denota um ser [-animado] (ver exemplo (11)).

Antecedentes	Ocorrências
[- específico]	61 (5,7%)
[+ específico]	1.027 (94,3%)
TOTAL	1.088 (100%)

Tabela 4: Traço [especificidade] dos antecedentes

Ou seja: a maioria dos antecedentes é um objeto de discurso [+específico] (ver exemplo (12)).

Antecedentes	Ocorrências
[- gênero semântico]	926 (85,1%)
[+ gênero semântico]	162 (14,9%)
TOTAL	1.088 (100%)

Tabela 5: Traço [gênero semântico] dos antecedentes

Ou seja: a maioria dos antecedentes não tem gênero semântico (ver exemplo (15)). Repare, ainda, como as ocorrências de animacidade e gênero semântico são muito próximas, mas não há redundância nesses casos. Veja os exemplos abaixo, encontrados no *corpus*, de um antecedente [+a, -gs], (16), e de um antecedente [-a, +gs], (17):

(16) E: Você ama [os bichos]_i?

C: Amu \emptyset _i.

(17) E: Achei [a boneca]_i.

C: Depois eu vou pentear ela_i.

Ao verificarmos os traços de animacidade e especificidade dos antecedentes, obtivemos a seguinte distribuição entre as retomadas com ON e pronomes:

Traços dos antecedentes	Objeto nulo	Pronomes
[+a, +e]	72,8%	27,6%
[+a, -e]	83,4%	16,6%
[-a, +e]	96%	4%
[-a, -e]	93,4%	6,5%

Tabela 6: Combinações dos traços [animacidade] e [especificidade] e ocorrências objeto nulo *versus* pronomes

Repare que, independentemente do traço do antecedente (na verdade, da combinação de traços do referente), a preferência da criança é sempre pela retomada anafórica com ON, tal como já havia encontrado Casagrande (2007) em sua análise do *corpus* do CEAAL. Observe

também que, para explicar a suposta distribuição complementar entre pronomes e ONs na fala da criança, a combinação de traços de animacidade e especificidade parece não dar conta dos dados. Supostamente, os referentes [-a, -e] deveriam condicionar a retomada anafórica com um ON, ao passo que os referentes [+a, +e] deveriam condicionar o uso de um pronome. Entretanto, não é o que encontramos em nossos dados. Evidentemente, como já mencionamos na seção 1, a hipótese de Cyrino (1993, 1994/1997) sempre se baseou em dados de língua escrita monitorada — e não de língua falada; muito menos de produção infantil.

De toda sorte, um fato interessante apareceu em nossos dados: se a hipótese da combinação dos traços de animacidade e especificidade do referente não consegue explicar de maneira adequada a retomada anafórica de objetos diretos de 3ª pessoa na gramática infantil, a hipótese do gênero semântico consegue explicar o fenômeno de maneira mais próxima. Podemos verificar isso com os números apresentados na Tabela 7:

Traços dos antecedentes	Objeto nulo	Pronomes
[- gênero semântico]	96,7%	3,3%
[+ gênero semântico]	69,2%	30,8%

Tabela 7: Traço [gênero semântico] e ocorrências objeto nulo *versus* pronomes

Ainda que a gramática infantil não se comporte como a gramática do adulto (no sentido de que aqui a estratégia do ON é a estratégia generalizada, independentemente de quaisquer traços semânticos ou discursivos de seu antecedente), conseguimos ver uma preferência pelo uso de pronomes quando o antecedente tiver o traço [+gs] — cerca de um terço do total (30,8%) —, tal como previram, *mutatis mutandis*, Creus & Menuzzi (2004). Esse parece ser mais um argumento a favor dessa hipótese. Ou seja, é possível explicar a distribuição entre ONs e pronomes tanto na gramática adulta (cf. Creus & Menuzzi 2004, Othero et al 2016) como na gramática infantil se levarmos em conta apenas um único traço do referente — e não dois (na verdade, aqui apenas conseguimos ver uma tendência não categórica, ou seja quase todos os referentes com o traço [-gs] são retomados por objeto nulo, ao passo que grande parte dos referentes com o traço [+gs] são retomados por pronomes, cf. Tabela 7).

Essa tendência pode ser melhor percebida no gráfico a seguir:

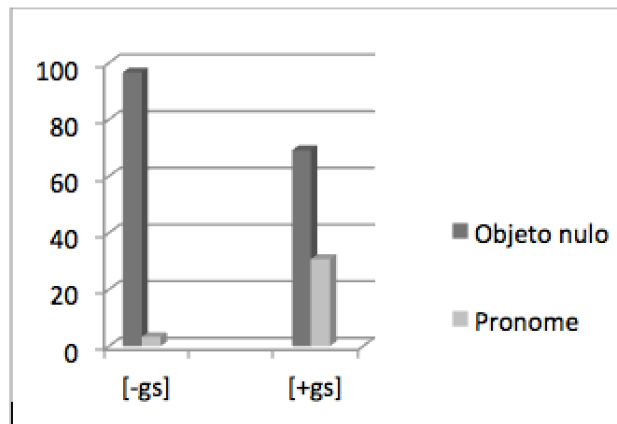


Gráfico 2: Gênero semântico do antecedente e as ocorrências de ONs *versus* pronomes

Ainda que o ON seja a estratégia mais utilizada pela criança, o traço de gênero semântico parece conseguir explicar as retomadas anafóricas na gramática infantil, no seguinte sentido: há uma tendência mais forte de uso do ON com um antecedente [-gs] do que com um antecedente [+gs]. Ou seja, o antecedente [+gs] começa a favorecer o uso de pronomes na retomada anafórica de 3ª pessoa. Analisando apenas as ocorrências de ONs, dividindo-as entre as que ocorreram com referente com traço [+gs] e [-gs], percebemos que a maioria de ocorrências de ONs que encontramos no *corpus* foi com antecedentes [-gs]:

Traços do antecedente	Retomadas por objeto nulo
[- gênero semântico]	89,5%
[+ gênero semântico]	10,5%

Tabela 8: Traço [gênero semântico] e ocorrências do objeto nulo

Repare que não conseguimos obter uma sistematização tão clara se levarmos em conta os traços de animacidade e especificidade do referente (veja a Tabela 6 novamente). Em suma, a proposta do gênero semântico parece ser a melhor hipótese (ou, ao menos, a mais simples, já que propõe uma explicação com base em um único traço semântico do antecedente) para explicar as estratégias de retomada anafórica do objeto em PB (no que toca ao uso de pronomes e ONs).

4 Palavras finais

Neste *squib*, apresentamos os dados que obtivemos de nossa investigação das retomadas anafóricas em função de objeto direto na linguagem infantil; ou seja, investigamos dados de falas de crianças entre 1 e 9 anos. Pecamos, como muito bem aponta um dos pareceristas anônimos deste periódico, por não separar os dados das crianças em faixas etárias distintas, já que pode haver diferença entre a produção de fala de crianças de 1 a 3 anos de idade (fase pré-escolar e de início de desenvolvimento da língua-I da criança) e a produção de fala de crianças entre

4 e 9 anos de idade (em idade escolar, portanto, e fase em que a gramática nuclear da língua provavelmente já está bem consolidada). *Nostra culpa*. De qualquer maneira, pudemos traçar um perfil da *fala infantil*, com produções de crianças que, de certa forma, ainda estão desenvolvendo sua gramática (cf. Lenneberg 1967, Santana 2004, Boeckx & Longa 2011) e tiveram pouco acesso a vivências de letramento formal.

O debate sobre qual (ou quais) traço do antecedente é relevante para a retomada com um ON ou com um pronome foi trazido para o universo da fala infantil. Nossa ideia foi apresentar os dados e tecer algumas generalizações possíveis, como as seguintes:

- i. As crianças generalizam o ON como a principal estratégia de retomada anafórica de 3ª pessoa.
- ii. Os pronomes clíticos não apareceram nesta amostra do *corpus*, o que confirma a ideia de que os clíticos não fazem parte do vernáculo em PB.
- iii. A combinação dos traços de animacidade e especificidade não foi elucidativa para explicar a distribuição entre ONs e pronomes.
- iv. O traço de gênero semântico do antecedente parece estar no caminho certo da explicação, ainda que, como apontamos em (i), o ON seja a estratégia generalizada pela criança.

Esperamos que os dados que apresentamos aqui — juntamente com nossas generalizações — se façam úteis a quem investigar o ON e a retomada anafórica de objeto, não apenas na fala infantil, mas em dados vernaculares do PB, de maneira geral

Referências

- BOECKX, C.; LONGA, V. M. Lenneberg's views on language development and evolution and their relevance for modern biolinguistics. *Biolinguistics*, v. 5, n. 3, 2011.
- CAMARA JR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CASAGRANDE, S. *A aquisição do objeto direto anafórico em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado: UFSC, 2007.
- CASAGRANDE, S. Restrições de ocorrência do objeto direto anafórico no Português Brasileiro: gramática adulta e aquisição da linguagem. *ReVEL*, edição especial n. 6, 2012.
- CREUS, S; MENUZZI, S. O papel do gênero na alternância entre objeto nulo e pronome pleno em português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. 3, n. 1-2, 2004.
- CYRINO, S. M. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.
- CYRINO, S. M. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese de Doutorado: Unicamp, 1994 (publicada em 1997 pela Ed. da UEL).

- CYRINO, S. M.; MATOS, G. VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese — a comparative analysis. *Journal of Portuguese Linguistics*, 1(2), 2002.
- CYRINO, S. M.; MATOS, G. Null Objects and VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese. In: WETZELS, L. W.; MENUZZI, S. M.; COSTA, J. (Orgs.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2016.
- DUARTE, M. E. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F., (Org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- GALVES, C. O objeto nulo em português brasileiro: percurso de uma pesquisa. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 17, 1989.
- KATO, M. The distribution of pronouns and null elements in object position in Brazilian Portuguese. In: ASHBY, W. J. et al. (Eds.). *Linguistic perspectives on the Romance languages*. Amsterdam: John Benjamins, 1993.
- LENNEBERG, E. H. *Biological Foundations of Language*. New York: Wiley, 1967.
- MATOS, G.; CYRINO, S. Eclipse de VP no português europeu e no português brasileiro. *Boletim da Abralin* 26, número especial, 2001.
- MILESKI, I. Uma discussão sobre condicionamentos semânticos do uso do objeto nulo no português brasileiro. *Via Litterae*, v. 6, n. 2, 2014
- NUNES, J. M. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.
- OLIVEIRA, S. M. Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares. *ReVEL*, v. 5, n. 9, 2007.
- OTHERO, G. A. et al. O objeto nulo em português brasileiro: motivações semânticas e pragmáticas e seu condicionamento. *II Seminário de Teoria e Análise Linguística da UFRGS*, 2016
- PANITZ, E. J. Null objects in Brazilian Portuguese, revisited. *Caderno de Squibs: temas em estudos formais da linguagem*, v. 1, n. 1, 2015.
- PIVETTA, V. *Objeto direto anafórico no português brasileiro: uma discussão sobre a importância dos traços semântico-pragmáticos - animacidade/especificidade vs. gênero semântico*. Dissertação de Mestrado: UFRGS, 2015.
- RAPOSO, E. P. On the null object in European Portuguese. In: JAEGGLI, O.; SILVA-CORVALÁN, C. (Eds.). *Studies in Romance Linguistics*. Foris: Dordrecht, 1986.
- SANTANA, A. P. Idade crítica para aquisição da linguagem. *Distúrbios da Comunicação*, v. 16, n. 3, 2004.
- SCHWENTER, S. A. Null objects across South America. *Selected proceedings of the 8th Hispanic Linguistics Symposium*. Somerville: Cascadilla Press, 2006.
- SCHWENTER, S. A. Two kinds of differential object marking in Portuguese and Spanish. *Portuguese-Spanish interfaces: Diachrony, synchrony, and contact*, 2014.

Squib recebido em 26 de julho de 2016.

Squib aceito em 10 de novembro de 2016.

Novas hipóteses sobre a debucalização de /s/ no português brasileiro

Fábio dos Santos Tenório*

Indaiá de Santana Bassani†

Resumo

Debucalização é um processo fonológico caracterizado pela perda da articulação supraglotal com preservação do movimento de abertura da glote. Em uma abordagem autosegmental, o processo é caracterizado por meio do desligamento do nó de ponto. O segmento perde seus traços de cavidade oral e passa a ter somente traços laríngeos, emergindo como [h] ou [ʔ]. Este *squib* descreve e analisa tal processo no português brasileiro sob a ótica do modelo teórico proposto pela Fonologia Autosegmental, utilizando um conjunto de dados extraídos da literatura. Verificou-se que apesar de a debucalização ocorrer majoritariamente em coda silábica, podendo afetar, nessa posição, exclusivamente a fricativa não-vozeada /s/, os ambientes em que aparece são heterogêneos. Portanto, sugerimos que o traço fonológico [+spread] no próprio segmento alvo /s/ é o gatilho do processo. Após a problematização, permanece no horizonte da pesquisa a investigação de dados provenientes da cidade Fortaleza, uma vez que nesse dialeto fricativas vozeadas (/v/, /ʒ/ e /z/) podem ser afetadas.

Palavras-chave: debucalização, Fonologia Autosegmental, fricativa não-vozeada

Abstract

Debuccalization is a phonological process characterized by the loss of supraglottal articulation and preservation of the open glottis gesture. In an autosegmental approach, it is

*Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, membro do grupo de pesquisa InFoLinC – Investigações (In)Formais em Língua(gem) e Cognição, *e-mail*: fdstenorio@gmail.com.

†Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, membro do grupo de pesquisa InFoLinC – Investigações (In)Formais em Língua(gem) e Cognição, *e-mail*: indaia.bassani@unifesp.br. Agradecemos aos pareceristas anônimos pelos comentários fundamentais para a melhoria do manuscrito. As sugestões que não puderam ser implementadas no momento, permanecem em nossa agenda de pesquisa. Os problemas remanescentes são de nossa responsabilidade. Essa pesquisa foi financiada pela bolsa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq concedida ao primeiro autor. Ao CNPq, nossos agradecimentos.

characterized through delinking of the Place node. The segment loses its oral tract features and is produced in the glotal region as [h] or [ʔ]. This squib describes and analyzes the occurrence of debuccalization in Brazilian Portuguese under an Autosegmental Phonology approach. The initial data set was obtained from descriptive literature. It was possible to observe that although debuccalization occurs mostly in syllabic coda, sometimes affecting exclusively the unvoiced fricative /s/ in this position, the environments in which the process occurs are heterogeneous. Therefore, we suggest that it is the feature [+spread] in the segment itself that is responsible for triggering the process. After the reflection, data from Fortaleza city remains for future research, since in this dialect voiced fricatives (/v/, /ʒ/ e /z/) are also affected.

Keywords: debuccalization, Autosegmental Phonology, unvoiced fricative

1 O processo de debucalização nas línguas naturais

Debucalização é um processo fonológico em que ocorre a perda da articulação supraglotal com preservação apenas do movimento de abertura da glote (MCCARTHY, 1988). Em termos autosegmentais, é o desligamento do nó de ponto, isto é, o segmento perde seus traços de cavidade oral, mas conserva seus traços laríngeos, emergindo, conseqüentemente, como [h] (fricativa glotal) ou [ʔ] (oclusiva glotal). A tal processo têm sido atribuídas distintas nomenclaturas, desde termos mais genéricos, como lenição (ou enfraquecimento), a termos mais singulares, como glotalização, aspiração e debucalização (FALLON, 1998). A escolha entre uma ou outra terminologia é pautada pelo enfoque que se deseja dar a certa face do processo. Por exemplo, embora a debucalização seja um tipo de lenição, o uso desse termo ressalta o processo de enfraquecimento em si, sua unidade (BAUER, 2008). Já o uso da terminologia debucalização, detém-se, especificamente, na perda da articulação bucal.

Este *squib* descreve e analisa, especificamente, a ocorrência do processo de debucalização no Português Brasileiro, doravante PB, sob a ótica do modelo teórico proposto pela Fonologia Autossegmental, em especial, a Geometria de Traços cunhada por Clements e Hume (1995), utilizando um conjunto de dados extraído de levantamento bibliográfico.

O processo de debucalização é um fenômeno translinguístico e tem sido atestado, sincrônica e diacronicamente, em diversas línguas naturais, como espanhol (TERRELL, 1978; KINGSTON, 1990), malaio (TRIGO, 1991), sânscrito (VAUX, 1998), tupi-guarani (JENSEN, 1999), tiriýó (PARKER, 2001; MEIRA, 2001), entre outras. A debucalização está presente, comumente, em fricativas não-vozeadas, sobretudo na alveolar, por exemplo /s/ > /h/, e em oclusivas, como /p/ > /ʔ/ (MCCARTHY, 1988; FALLON, 1998). Em ambos os casos, o modo de articulação costuma ser preservado, porquanto fricativas tendem a ser debucalizadas em

fricativas glotais e oclusivas em oclusivas glotais. Esse comportamento tem sido observado translinguisticamente e, por isso, Fallon (1998) admite ser concebível generalizar que fricativas sempre debucalizam em [h].¹

No tocante ao PB, não encontramos dados na literatura acerca da debucalização em oclusivas, mas apenas em fricativas vozeadas e, sobretudo, não-vozeadas. São seis os dialetos em que encontramos manifestações desse processo, a saber, nos falados em João Pessoa, Recife, Rio de Janeiro (HORA; PEDROSA, 2009), Salvador (HORA; PEDROSA, 2009; LUCCHESI, 2009), Vitória da Conquista (COSTA; SILVA, 2014) e Fortaleza (RONCARATI; UCHOA, 2014; ARAGÃO, 2009; RODRIGUES; ARAÚJO, 2014). Apenas neste último, a debucalização ocorre tanto em fricativas vozeadas — /v/, /ʒ/ e /z/ — quanto em fricativa não-vozeada — /s/; os demais debucalizam exclusivamente a fricativa alveolar não-vozeada /s/, que é, majoritariamente, o segmento alvo no PB. Apesar de tais distinções, o resultado do processo é sempre uma fricativa glotal em todos os dialetos citados acima. Em consonância com McCarthy (1988) e Fallon (1998), a fricativa /s/, ao ser debucalizada, conservará, então, o modo de articulação.

Neste trabalho, por questões de espaço, nosso objetivo é explorar somente os dialetos em que a debucalização se deu exclusivamente em coda de sílaba, ou seja, afetou a fricativa não-vozeada /s/.² Os dados acerca de Fortaleza não serão analisados.³

2 A debucalização de /s/ no português brasileiro

Embora fonética e fonologicamente a fricativa não-vozeada /s/ ocorra em ataque e em coda de sílaba no PB (CÂMARA, 2009), sua debucalização foi atestada, nos seis dialetos aqui estudados, apenas em posição de coda, seja na posição medial (internamente à palavra (1a)), final (em final de palavra (1b)) ou final seguida de ataque (em fronteira de palavras (1c)).

(1) Coda de sílaba, posição medial

a. me/s/mo → me[h]mo → me[fi]mo ‘mesmo’

Coda de sílaba, posição final

b. gasto/s/ → gasto[h] → gasto[h] ‘gastos’

Coda de sílaba, posição final seguida de ataque consonantal

¹Embora Fallon tenha encontrado casos no proto-polinésio em que fricativas tornaram-se oclusivas após a debucalização, ressalta que os dados são de ordem diacrônica. Afirmo, ainda, que não encontrou comportamento semelhante em outras línguas, quer diacronicamente, quer sincronicamente.

²Neste *squib*, assumimos que a fricativa alveolar em posição de coda é sempre não-vozeada (/s/), pois nos parece mais econômico considerar que haja assimilação de vozeamento antes de consoantes vozeadas (a/s/ma > a/z/ma) do que desvozeamento em pausa (*pa/z/ > pa/s/).

³Os dados relacionados ao dialeto de Fortaleza têm apontado para uma hipótese fonética, distinta da que proporemos aqui. No item 4, comentaremos acerca disso.

c. o/s/ mesmos → o[h] mesmos → o[fi] mesmos ‘os mesmos’

No que diz respeito à debucalização nos dialetos de João Pessoa, Recife, Rio de Janeiro e Salvador, Hora e Pedrosa (2009) analisam unicamente a posição silábica e apontam que o processo é mais suscetível quando em coda em final de palavra. Os autores, no entanto, não esclarecem se a ocorrência é maior em coda em final de palavra ou em coda em final de palavra seguida de ataque e também não consideram nenhum outro fator linguístico. Desse modo, restringem a análise à posição em que o segmento alvo ocupa na sílaba.

Por outro lado, em seu estudo do dialeto de Salvador, Lucchesi (2009) investigou cinco contextos em que a fricativa /s/ sofre debucalização, são eles: (i) posição silábica; (ii) tonicidade silábica; (iii) vogal imediatamente precedente; (iv) consoante da sílaba seguinte; (v) sonoridade da sílaba seguinte.

Em se tratando da posição silábica, a debucalização mostrou-se saliente quando /s/ está em final de palavra seguida por uma sílaba cujo ataque é [+consonantal], como exemplificado em (1c) acima. Neste caso, entendemos que o processo é favorecido em conformidade com a estrutura silábica do PB, cuja preferência é pela estrutura consoante-vogal, isto é, sílaba CV (CÂMARA, 2009). Se o ataque da palavra seguinte fosse [-consonantal], favorecer-se-ia a ressilabificação, mas não a debucalização, como em: lápis # azul > la.pi.za.zul (BISOL, 2004, p. 66). Quanto à tonicidade, o processo é favorecido em sílaba tônica, de acordo com (1a). Já em relação à vogal que antecede o segmento alvo, são sempre as [-altas] que propiciam o fenômeno, isto é, /a/, /ɛ/, /e/, /ɔ/ e /o/ (Cf. (1)). No que diz respeito às características da consoante da sílaba seguinte, são as nasais e as laterais que favorecem a debucalização (Cf. (1a) e (1c)).

Costa e Silva (2014) exibem dados semelhantes ao analisarem o dialeto de Vitória da Conquista. Os autores optaram por delimitar o estudo apenas para a análise da coda silábica em final de palavra, isso porque, segundo eles, os resultados de debucalização em coda medial podem ter sido influenciados pela repetida ocorrência de tal processo nos itens lexicais *mesmo* e *desde*.⁴ Dito isso, observa-se que os traços [+soante] e [+sonoro] da sílaba seguinte à fricativa /s/ são os facilitadores da debucalização, como exemplificado em (2).

(2) *Coda final seguida de ataque consonantal [+soante]*

a. trê/s/ léguas → tre[fi] ‘três léguas’

⁴Os autores afirmam que os itens *mesmo* e *desde* são fruto de um processo de difusão lexical, uma vez que no corpus analisado a mudança /s/ > /h/ na posição de coda medial se deu quase que exclusivamente em ambos. Por difusão lexical, Costa e Silva entendem “uma regra que se espalha gradativamente sobre o léxico, mas com mudança abrupta do segmento sonoro” (2014, p. 634). Não nos parece interessante tratar o fenômeno em coda medial ou final em termos de uma mudança lexical ou automática, pois a mudança sofrida pelo segmento na coda em posição final de palavra ou em posição medial é fonética e fonologicamente a mesma, embora nesse corpus a ocorrência destes dois itens lexicais seja maior.

b. sei/s/ netos → sei[fi]neto ‘seis netos’

Diante dos dados até aqui apresentados, parece evidente a heterogeneidade dos contextos em que se manifesta a debucalização da fricativa não-vozeada /s/. Os dialetos de João Pessoa, Recife, Rio de Janeiro e Salvador debucalizam menos em coda medial que em final. O dialeto de Salvador tende a debucalizar mais em coda final sempre que /s/ for seguido por segmento [+consonantal], sobretudo o nasal ou o lateral. Aqui, a sílaba tônica também é um ambiente favorecedor. Por fim, o dialeto de Vitória da Conquista apresenta os contextos consonantais [+soante] e [+sonoro] como facilitadores do processo em questão.

Se compararmos os ambientes linguísticos em que a debucalização se manifesta no PB com os de outras línguas, tampouco nos é possível extrair uma generalização. Novamente, o processo se revela heterogêneo tendo este ou aquele ambiente como favorecedor, variando de acordo com cada língua/dialeto. Em vista dessa heterogeneidade e conseqüentemente da ausência de um contexto único como motivador do processo, analisaremos, na próxima seção, a própria fricativa não-vozeada /s/ como motivadora do processo de debucalização.

3 A proposta de Vaux (1998) para a fricativa não-vozeada /s/: (des)concordâncias entre fonética e fonologia

Na impossibilidade de delimitar um único contexto de atuação do processo de debucalização no PB, como ressaltado na seção anterior, nossa investigação debruçou-se sobre o segmento alvo em si, isto é, a fricativa não-vozeada /s/. Já apontamos que o fenômeno em questão é translinguístico e que com frequência afeta o segmento /s/. Nesse sentido, é legítimo questionar se a própria fricativa não-vozeada detém algum traço ou propriedade que dispararia a debucalização. Consideramos primordial, então, percorrer as representações que as teorias fonéticas e fonológicas trazem a respeito da fricativa não-vozeada /s/.

Embora a Fonética e a Fonologia compartilhem, de modo geral, o mesmo objeto de estudo, os sons das línguas naturais, não é incomum que diante do mesmo fenômeno apresentem diferentes e, por vezes, conflituosas abordagens. Isso se dá porque os objetivos de cada campo de estudo podem ser bem distintos, daí buscarem resultados distintos. Ainda assim, nem sempre é possível separá-las e suas fronteiras facilmente se confundem. Como bem aponta Cagliari (2002), a análise fonética sempre é pressuposta em qualquer teoria fonológica e o imbricamento entre ambas é fundamental para compreender a realidade sonora das línguas, pois a abordagem por um único viés compromete a análise linguística.

Felizmente, parte dos trabalhos produzidos dentro de ambas as áreas tem buscado minimizar as distâncias. É o que faz o foneticista Widdison (1995) ao tratar da debucalização no espanhol. Para ele, é altamente superficial o tratamento que o fenômeno aqui analisado tem recebido por parte da teoria fonológica, já que esta considera apenas os princípios fonéticos mais

gerais de tal processo, descrevendo-o como um simples enfraquecimento articulatório de /s/, provocado pela conhecida erosão fonética em posição de coda silábica (TERRELL, 1979, 1986 apud WIDDISON, 1995, p. 330). Não basta, portanto, atribuir, como causa do processo, unicamente a posição silábica ocupada pelo segmento alvo. O autor afirma que é preciso, também, investigar o segmento alvo em si.

Widdison (1995) faz críticas especialmente à Fonologia Autossegmental, argumentando contra o valor binário dos traços distintivos e a favor de uma representação que conceba a fisiologia da produção dos sons fricativos como possível fator responsável por disparar o fenômeno. Por ser binária, a Fonologia Autossegmental representa a configuração de abertura da glote apenas de duas maneiras: ou indicando um gesto de ampla abertura [+spread],⁵ ou indicando a ausência deste gesto [-spread]. Widdison aponta que tal abordagem não faz menção ao dinamismo que ocorre na região glotal. Sua principal crítica consiste em que a teoria fonológica autossegmental, por postular traços distintivos binários, não leva em consideração a dinâmica da mudança ocorrida no estado da glote durante a fricção de /s/. O autor aponta que a glote pode estar suficientemente fechada [-spread] para produzir uma fricativa vozeada, mas estar suficientemente aberta [+spread] para dar à vogal que precede /s/ uma qualidade aspirada (LADEFOGED, 1993 apud WIDDISON, 1995, p. 332). Neste caso, teríamos graus de abertura da glote distintos para fricativas não-vozeadas e vozeadas: nestas, a abertura é menor e, portanto, os sons são caracterizadas como [-spread]; naquelas ocorre o inverso, ou seja, a abertura é maior e, por isso, são caracterizadas como [+spread]. São justamente esses movimentos da glote que podem produzir, conforme Widdison, um “efeito aspirado”, algo que o binarismo fonológico não pode prever, já que enxerga somente os valores positivo ou negativo do traço [spread] e, assim, se torna incapaz de detalhar o ajuste glotal na produção da fricativa.

Widdison (1995) propõe que o binarismo seja substituído por uma escala variável de abertura da glote. Isso significa que em vez de conceber a ausência ou presença do traço [spread], a teoria deverá sinalizar o grau de abertura da glote numa escala variável em que os limites seriam glote totalmente aberta e glote totalmente fechada.

Dentro da fonologia, é Vaux (1998) quem busca aproximar ambos os campos teóricos ao concordar que as fricativas não-vozeadas são, como sugerem Kingston (1990) e outros foneticistas, geralmente produzidas com um espraçamento da glote.

Tradicionalmente, a teoria fonológica postula que o estado não-marcado das fricativas é [-spread glottis] (HALLE; STEVENS, 1971 apud VAUX, 1998). Vaux (1998), por outro lado,

⁵O traço [+spread glottis] fonologicamente está presente no segmento [h] e nas vogais e consoantes aspiradas (HAYES, 2009). Este traço é necessário para indicar, em nível fonológico, que o segmento possui algum grau de aspiração. Quanto à articulação, os sons [+spread] se realizam com o espraçamento da glote, isto é, um amplo grau de abertura desta. Literalmente, o termo significa [+glote espraçada]. Matzenauer (2005) o traduz como [glote não constrita]. Aqui, decidimos por não traduzi-lo para evitar confusões terminológicas.

sugere que as fricativas não-vozeadas são [+spread glottis], enquanto as fricativas vozeadas são [-spread glottis]. Isso porque, nas línguas analisadas pelo autor, as fricativas não-vozeadas são capazes de provocar aspiração no segmento imediatamente adjacente, mas as fricativas vozeadas não. A aspiração nestas línguas, conclui o autor, é disparada pelo traço [+spread] presente nas fricativas não-vozeadas.

Dentre os dados apresentados por Vaux (1998, p. 498), consta o do dialeto armênio falado em Nova Julfa, em que o prefixo k- torna-se aspirado ao assimilar o nó laringal da consoante que o sucede sempre que esta for aspirada, conforme (3a), ou fricativa não-vozeada, como em (3b). Qualquer outro segmento, não dispara a aspiração (Cf. (3c)), inclusive fricativa vozeada (Cf. (3d)). É para dar conta, portanto, da presença de aspiração no prefixo k- diante de fricativas não-vozeadas, mas nunca de vozeadas, que o autor defende a presença do traço [+spread] naquelas.

Aspiração no dialeto armênio Nova Julfa

(3) <i>Forma subjacente</i>		<i>Forma de superfície</i>	
a. k-g ^h -o-m	>	g ^h əg ^h om	‘eu virei/ vou ir’
b. k-savor-ie-m	>	k ^h əsavoriem	‘crescerei acostumado(a) a’
c. k-t-a-m	>	kətam	‘eu darei/ vou dar’
d. k-zr-am	>	gəgzaram	‘eu zurrarei/ vou zurrar’

Vaux (1998) concorda que, foneticamente, o movimento da glote é diferente para fricativas vozeadas e não-vozeadas. Nestas, as cordas vocais estão separadas e produzem uma glote amplamente aberta. Naquelas, a configuração é mais complexa, pois é preciso que as cordas vocais se aproximem para produzir vozeamento, mas mantenham certo grau de abertura da glote para produzir suficiente fluxo de ar a fim de gerar a turbulência necessária dos sons fricativos. Nesse sentido, o autor propõe que o binarismo do traço [spread] seja compreendido como ilustrado em (1), na figura seguinte, em que a glote apresenta graus de abertura tanto para sons [+spread] quanto para sons [-spread], em oposição à representação mais usual ilustrada em (2), em que a total abertura ou total fechamento da glote é o que determina o valor do traço [spread].

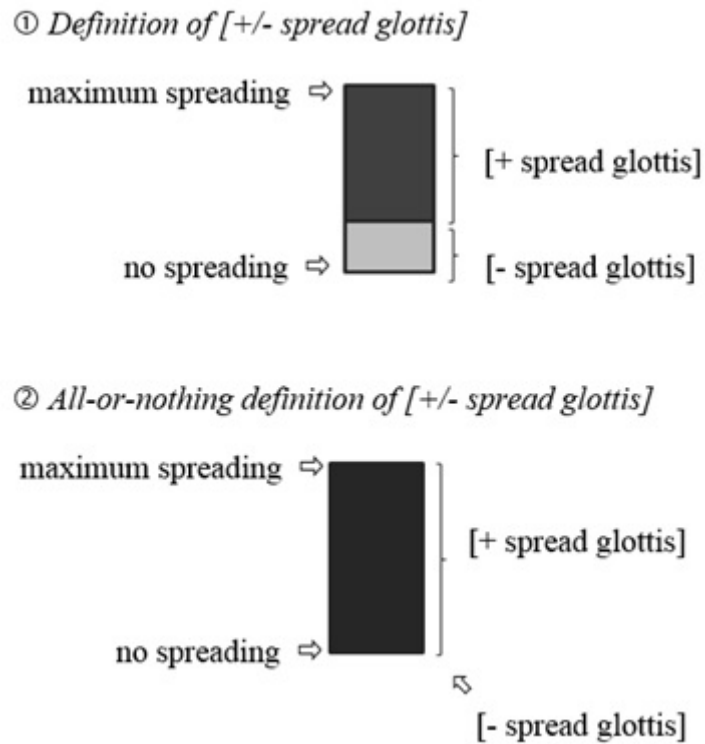
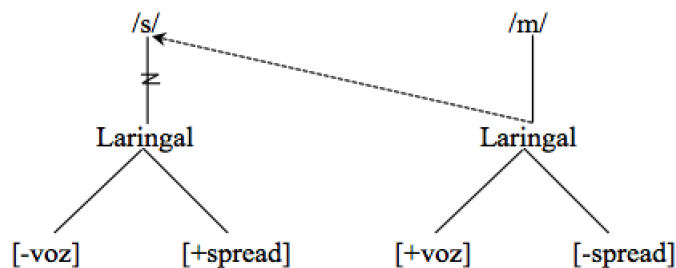
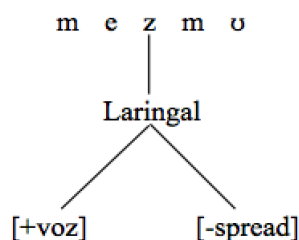


Figura 1: Definição do traço [spread], conforme Vaux (1998, p. 509).

No PB, fricativas vozeadas fonológicas só se manifestam em ataque silábico: “lu/v/a”, “/ʒ/anela”, “/z/aga”. Quando em coda, sua ocorrência é sempre fonética e decorre do processo de assimilação do vozeamento do segmento seguinte, cujo resultado está sujeito à variação dialetal (CÂMARA, 2009, p. 52), por exemplo: /mes.mo/ > [meʒ.mʊ] ou [mez.mʊ]. Assim, em /mesmo/, a fricativa não-vozeada assimila o nó laringal da nasal seguinte, como em (4a), produzindo uma fricativa vozeada na superfície, conforme (4b).

(4) a. *Espraiamento do nó laringal em /mesmo/ conforme Vaux*



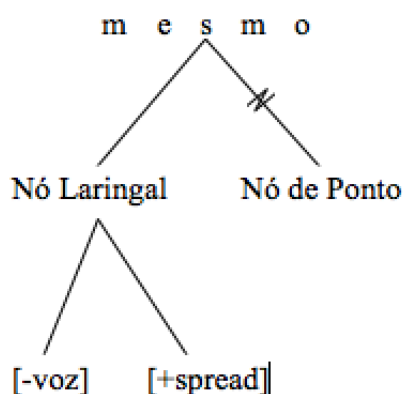
b. *forma de superfície*

Isso nos mostra que, embora a fricativa fonológica seja sempre não-vozeada em coda silábica, é possível haver fricativa fonética vozeada nessa mesma posição como fruto de processo fonológico. A importância em ressaltar essa regra de assimilação tão amplamente conhecida no PB reside no fato de que, se assumirmos a proposta de Vaux (1998), em que fricativas não-vozeadas são [+spread glottis], e se assumirmos igualmente que este traço é o responsável pela debucalização, como o é na aspiração, devemos esperar que apenas fricativas não-vozeadas possam sofrer o processo de debucalização em decorrência de sua representação como [+spread].

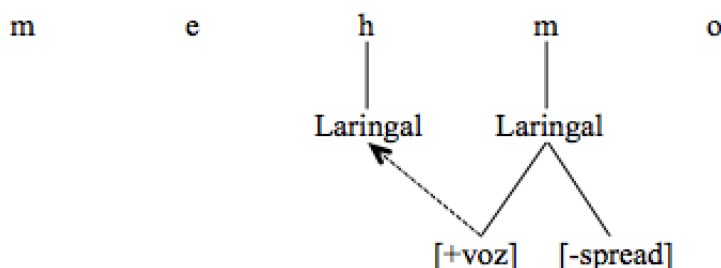
Neste sentido, os dados do PB estão em concordância com a teoria de Vaux (1998), já que nos mostram que, com exceção do dialeto falado em Fortaleza, a debucalização só ocorre em coda. Dessa maneira, só afeta fricativa não-vozeada, a qual pode, como descrito acima em (4), tornar-se vozeada nesta posição via processo de assimilação.

Entretanto, sendo o traço [+spread] responsável por disparar o processo, é cabível inferir que a regra de assimilação do traço [voz], se aplicada antes da debucalização, retira-lhe o contexto e impede sua aplicabilidade, pois, ao assimilar o nó laringal, não só o vozeamento se modifica como também a configuração da glote passa de [+spread] para [-spread], o que impediria a debucalização. Para que esta ocorra, então, espera-se o ordenamento de regras, segundo proposto em (5), em que primeiramente se dá o desligamento dos traços do nó de ponto da fricativa /s/, como ilustrado em (5a). Com isso, gera-se um segmento debucalizado, neste caso, a fricativa glotal não-vozeada /h/, que assimilará, conforme (5b), o vozeamento do segmento nasal adjacente via espreadimento do traço [+voz], emergindo foneticamente como fricativa glotal vozeada /fi/, (5c).

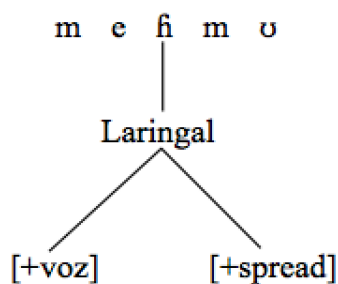
(5) a. *Debucalização*



b. *Espraiamento de [+voz]*



c. *forma de superfície*



Se, ao contrário, primeiramente fosse aplicada a assimilação como sugerido em (6), possivelmente não ocorreria a debucalização, pois nesse caso teríamos uma fricativa vozeada [-spread] e não haveria mais o traço [+spread] para disparar o processo. Esse ordenamento talvez explique a baixa ocorrência do processo de debucalização no PB, uma vez que a aplicabilidade da regra de assimilação é bastante ampla no sistema da língua.

- (6) a. 'mes.mo forma subjacente
- b. 'mez.mo espraiamento do traço [+voz]
- c. 'mez.mʊ forma de superfície

Desse modo, a análise aqui apresentada, ao mesmo tempo em que se baseia na proposta apresentado por Vaux (1998), parece corroborar com ela, uma vez que fricativas não-

vozeadas são fonologicamente distintas de fricativas vozeadas. Esse comportamento é atestado nas línguas analisadas pelo autor e também nos dialetos do PB aqui apresentados. Acreditamos que a fricativa não-vozeada /s/ seja representada fonologicamente como [+spread] e sugerimos que esse traço possa ser o principal motivador do processo de debucalização no PB.

4 Considerações Finais

Os dados do PB não nos permitem concluir que o ambiente, em termos dos segmentos adjacentes ao segmento alvo, atua de maneira determinante no processo de debucalização. É fato que a coda silábica foi, dentre os ambientes analisados, o único recorrente em todos os dialetos do PB. No entanto, é sabido que o segmento em posição de coda está mais suscetível a sofrer enfraquecimento e/ou apagamento. Não nos parece que seja explicação suficiente assumir que a localização em posição de coda desencadeia a debucalização. Se assim o fosse, esperaríamos que ela se aplicasse a qualquer segmento que ocupa esta posição no PB, fato não atestado. Reconhecemos, entretanto, que tal posição favorece sobremaneira a debucalização, assim como favorece apagamentos e vocalizações.

Quanto aos traços e propriedades dos segmentos adjacentes ao segmento alvo (/s/), vemos que, em geral, há descrição de mais de um fator como (des)favorecedor do processo aqui tratado (em geral, vários fatores). O ambiente, portanto, não dispara ele mesmo a debucalização, isto é, não parece agir como gatilho, mas sim como facilitador do processo, em maior ou menor grau em diferentes dialetos. Isso corrobora a hipótese de Vaux (1998), em que o traço [+spread] presente fonologicamente em /s/, é o responsável por disparar a debucalização.

Por fim, é preciso observar que nossa hipótese de que o traço [+spread] é o gatilho do processo de debucalização, não alcança a ocorrência deste fenômeno no dialeto de Fortaleza, em que a debucalização acontece também em ataque silábico, afetando as fricativas vozeadas /v/, /ʒ/ e /z/, portadoras de [-spread]. No momento, consideramos dois caminhos de investigação, que não poderemos perseguir, neste momento, mas que ficam em uma agenda futura de pesquisa. Primeiramente, os dados relacionados a esse dialeto nos fazem pensar na pertinência de uma hipótese fonética mais detalhada, em que as propriedades aerodinâmicas dos segmentos fricativos, em geral, poderiam ser responsáveis pelo desligamento dos traços de cavidade oral. Como exemplo de uma dessas propriedades, temos o grau de abertura da glote exigido para produzir a turbulência do ar durante a fricção, mesmo em segmento fricativos vozeados. Widdison (1995), por exemplo, ilustra que na transição entre a produção de uma vogal e a fricativa [s] há sempre um momento de fricção glotal, percebida pelo ouvinte como [h]. Essa seria uma motivação puramente fonética que poderia desencadear o processo de debucalização. A investigação dessa hipótese também passa, necessariamente, pela investigação de segmentos fricativos em posição de ataque que nunca sofrem debucalização.

Uma outra hipótese nos levaria a tratar os dados de Fortaleza como fenômeno distinto, de modo que não atingiríamos uma análise uniforme para o PB. Nesse caso, outras razões, que não as propriedades do segmento em si, deveriam explicar o processo. Como mencionado, tais problemáticas devem figurar nos próximos passos da pesquisa.

Referências

- ARAGÃO, M. S. S. A neutralização dos fonemas /v, z, ʒ/ no falar de Fortaleza. In: RIBEIRO, S. S. C.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (Orgs.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. Salvador: EDUFBA, p. 187-200, 2009.
- BAUER, L. Lenition Revisited. *Journal of Linguistics*, v. 44, n. 3, p. 605-624, nov., 2008.
- BISOL, L. Mattoso Câmara Jr. e a palavra prosódica. *DELTA* [online], v. 20, n. especial, p. 59-70, 2004.
- CAGLIARI, L. C. *Análise Fonológica: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- CÂMARA Jr., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CLEMENTS, G. N.; HUME, E. The internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, J. (Ed.). *The handbook of phonological theory*. Oxford: Blackwell, p. 245-306, 1995.
- COSTA, C. P. G.; SILVA, J. J. D. Debucalização e Fonologia Autossegmental. *Letrônica: Fonologia e Variação Fonético-Fonológica & Viagem e Literatura*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 627-651, jul./dez., 2014.
- FALLON, P. D. Debuccalization. *The synchronic and diachronic phonology of ejectives*. Tese (Doutorado em Linguística). The Ohio State University, Ohio, 1998.
- HAYES, B. Features. *Introductory Phonology*. Oxford: Blackwell, p. 70-102, 2009.
- HORA, D.; PEDROSA, J. L. R. Comportamento variável da fricativa coronal pós-vocálica. In: RIBEIRO, S. S. C.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (Orgs.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. Salvador: EDUFBA, p. 111-128, 2009.
- JENSEN, C. Tupí-Guaraní. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (Eds.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 125-164, 1999.
- KINGSTON, J. Articulatory binding. In: KINGSTON, J.; BECKMAN, M. E. (Eds.). *Papers in laboratory phonology I: between the grammar and physics of speech*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 406-434, 1990.
- LUCCHESI, D. A realização do /S/ implosivo no português popular de Salvador. In: RIBEIRO, S. S. C.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (Orgs.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. Salvador: EDUFBA, p. 83-110, 2009.
- MATZENAUER, C. L. B. Introdução à teoria fonológica. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p.11-81, 2005.
- MCCARTHY, J. J. Feature geometry and dependency: A review. *Phonetica*, v. 45, n. 2-4, p. 84-108, 1988.
- MEIRA, S. Linguistic Theory and Linguistic Description: The Case of Tiriyó [h]. *International Journal of American Linguistics*. v. 67, n. 2, p. 119-135, abr., 2001.
- PARKER, S. On the Phonemic Status of [h] in Tiriyó. *International Journal of American Linguistics*, v. 67, n. 2, p. 105-118, abr., 2001.

RODRIGUES, A. G. P.; ARAÚJO, A. A. Tarra onde, menina réa? A aspiração de /v/ no falar de Fortaleza. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 11-58, jul./dez., 2014.

RONCARATI, C. N.; UCHOA, J. A. C. Enfraquecimento das fricativas sonoras. *Revista de Letras*. v. 1, n. 33, p. 9-50, jan./jun., 2014.

TERRELL, T. D. La aspiración y elisión de /s/ en el español porteño. *Anuario de Letras*. v. 16, p. 41-66, 1978.

TRIGO, L. On pharynx-larynx interactions. *Phonology*. v. 8, n. 1, p. 113-136, 1991.

VAUX, B. The Laryngeal Specifications of Fricatives. *Linguistic Inquiry*. v. 29, n. 3, p. 497-451, 1998.

WIDDISON, K. A. Two models of Spanish s-aspiration. *Language Sciences*. v. 17, n. 4, p. 329-343, 1995.

Squib recebido em 22 de agosto de 2016.

Squib aceito em 29 de setembro de 2016.

Por uma releitura das nominalizações em infinitivo do português

Maurício Resende*

Resumo

Morfólogos consideram, em geral, que existem três operações derivacionais para transformar verbos em nomes em português, a saber, sufixação, afixação zero e derivação regressiva. Adicionalmente, este trabalho assume a existência de um quarto processo, a nominalização infinitiva — $[ligar]_V \rightarrow [ligar]_N$ — *O ligar das máquinas é a etapa menos complicada*. A hipótese é a de que formas nominais infinitivas em português se assemelham aos gerúndios nominais do inglês (CHOMSKY, 1970; SPENCER, 1991; BRINTON, 1995). Essa comparação é possível em razão de as operações que formam infinitivos e gerúndios nominais serem regulares, fonológica, morfológica, sintática e semanticamente, além de ambas estarem disponíveis para qualquer verbo. Além disso, esse quarto processo derivacional se distancia da formação de nomes por afixação zero a partir de formas de infinitivo, já lexicalizadas na língua, como *dever* e *jantar* (BASILIO, 1987), assim como ocorre em inglês para nomes gerúndios, por exemplo, *building* e *drawing* (BRINTON, 1995).

Palavras-chave: nominalização infinitiva, nominalização gerúndiva, afixação zero

Abstract

Morphologists usually acknowledge the existence of three derivational operations responsible for converting nouns into verbs in Portuguese, namely, suffixation, zero affixation and backward formation. In addition to these operations, this squib assumes the existence of a fourth process, the infinitive nominalization — $[ligar]_V \rightarrow [ligar]_N$ (“turn something on”) — *O ligar das máquinas é a etapa menos complicada* (roughly, “the turning on of the machines is the least complicated step”). The hypothesis is that infinitive nominals in Portuguese resemble gerundive nominals in English (CHOMSKY, 1970; SPENCER, 1991;

*Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Doutorando em linguística do Programa de Linguística, e-mail: mauricio.resende@hotmail.com. Agradeço ao CNPq pelo financiamento da pesquisa e também aos pareceristas anônimos que contribuíram para o formato final deste texto, ainda que nem todas as sugestões puderam ser contempladas. Qualquer problema que tenha permanecido é de minha inteira responsabilidade.

BRINTON, 1995). This comparison is possible because both operations are phonologically, morphologically, syntactically, and semantically regular, and are ultimately available to any verb. Moreover, this fourth process is distinct from zero affixation, which derives lexicalized nominals such as *dever* and *jantar* from infinitive verbs (BASILIO, 1987). The same occurs in English with certain lexicalized gerundive nominals, such as *building* and *drawing* (BRINTON, 1995).

Keywords: infinitive nominals, gerundive nominals, zero affixation

1 Introdução

Tradicionalmente, o termo nominalização tem aparecido na literatura para fazer referência à operação morfológica que transforma verbos em nomes. Não há um consenso a respeito de qual é o conjunto de processos morfológicos responsáveis pela nominalização em português. Apesar disso, com alguma variação, a depender do quadro teórico em que se inscrevem, linguistas e gramáticos concordam que é possível formar nomes a partir de verbos por sufixação, afixação zero (ou conversão) e derivação regressiva (ou regressão).¹ Exemplos desses processos podem ser observados,² respectivamente, em (1):³

- (1) a. [pensar]_V/[pensamento]_N
 [realizar]_V/[realização]_N
 [fechar]_V/[fechadura]_N
- b. [jantar]_{INF}/[jantar]_N
 [orientando]_{GER}/[orientando]_N
 [pedido]_{PART}/[pedido]_N
- c. [falar]_V/[fala]_N
 [cortar]_V/[corte]_N
 [beijar]_V/[beijo]_N

As nominalizações infinitivas aparecem, normalmente, como instâncias de afixação zero, como em (1b) acima. Outros exemplos clássicos são nomes como *dever*, *poder*, *saber*, *jan-*

¹Há um impasse terminológico para a tradução de certos termos/expressões dos fenômenos discutidos neste trabalho. Adotaram-se aqueles mais difundidos na literatura sobre o tema.

²Nas glosas, V: verbo; N: nome; INF: infinitivo; GER: gerúndio; PART: particípio.

³Spencer (1991) esclarece que esses termos não são sinônimos, pois se baseiam em abordagens de cunho morfológico distintas. A *conversão* considera o morfema como um processo não fonológico, em que um verbo se transforma em nome, como uma reetiquetagem no léxico. No que se refere à *afixação zero*, o autor toma o morfema como uma unidade que contém uma forma e um significado mínimos e diz respeito a um afixo, fonologicamente nulo, que é adjungido a um verbo para formar, por exemplo, um nome.

tar.⁴ Este trabalho tem o objetivo de discutir a existência de um quarto processo derivacional formador de nomes deverbais em português, qual seja, a nominalização infinitiva que deriva nomes. Esses termos, à primeira vista, apresentam a mesma forma de seus respectivos verbos derivantes no infinitivo, mas de uma maneira muito mais produtiva do que os escassos exemplos listados nas gramáticas levam a crer, sendo possível afirmar inclusive que se trata de outro processo derivacional, como pode ser observado em (2).

- (2) a. $[ligar]_V \rightarrow [pensar]_N$
O ligar das máquinas é a etapa menos complicada.
- b. $[escrever]_V \rightarrow [escrever]_N$
O escrever da tese foi o que tomou mais tempo.
- c. $[sentir]_V \rightarrow [sentir]_N$
O sentir-se sozinho é o que mais desanima as pessoa.
- d. $[repor]_V \rightarrow [repor]_N$
O repor das aulas vai mais ou menos até janeiro.

Dentro desse tópico, discutiremos os processos derivacionais e transformacionais e as nominalizações gerundivas em inglês e em português. Além disso, questões pertinentes às nominalizações infinitivas e às nominalizações derivadas.

2 Processos derivacionais *versus* processos transformacionais

Este estudo parte da ideia de que, em português, há um processo morfológico produtivo e sistemático que forma nomes com a forma de infinitivo da mesma maneira que, em inglês, há uma operação derivacional que gera nomes com a forma de gerúndio (CHOMSKY, 1970; SPENCER, 1991; BRINTON, 1995). A respeito disso, Chomsky (1970) entende que existem três tipos de nominalização no inglês, a saber, a nominalização derivada, a nominalização gerundiva e a nominalização mista.

As nominalizações derivadas — como *movement* ‘movimento’ e *love* ‘amor’ — são aquelas que resultam de processos derivacionais e se opõem às nominalizações gerundivas — *moving* ‘mover.GER’ e *loving* ‘amar.GER’ — que são, para Chomsky (1970), resultado de transformações sintáticas da mesma maneira que ocorreria com as construções passivas. Para o autor, as nominalizações gerundivas parecem compartilhar certo número de propriedades verbais, ao passo que as nominalizações derivadas se comportam como verdadeiros nomes. Adi-

⁴Alguns trabalhos consideram, ainda, que nomes pluralícios (que só aparecem na forma plural), tais como *viveres* e *afazeres*, sejam derivados das formas infinitivas de seus respectivos verbos, *viver* e *(a)fazer*.

cionalmente, as nominalizações mistas, ainda que apareçam na forma de gerúndio, parecem emparelhar-se melhor com as formas nominais. Exemplos desses três tipos de nominalização podem ser observados em (3) — (a) para nominalização derivada, (b) para nominalização gerundiva e (c) para nominalização mista (Cf. Chomsky, 1970, p. 60).⁵

- (3) a. John's refusal of the offer.
João.GEN recusa de a oferta.
'A recusa da oferta por João.'
- b. John's refusing the offer.
João.GEN recusar.GER a oferta.
'João recusar a oferta.'
- c. John's refusing of the offer.
João.GEN recusar.GER de a oferta.
'O recusar da oferta por João.'

Brinton (1995) entende que uma nominalização derivada no inglês, como exemplificado em (3a), é formada ou por sufixação, ou por afixação zero. No que tange às nominalizações gerundivas, Chomsky (1970) defende que formas como (3b) resultam de transformações sintáticas de suas formas verbais e, portanto, assemelham-se muito aos verbos. Diferentemente, para o autor, o dado em (3c) apresenta comportamento misto, ou seja, ainda que igualmente apresente propriedades verbais, é resultado de um processo derivacional — as quais podem ser atribuídas características nominais.

A ideia de que esses processos morfológicos do inglês têm operações correspondentes em português pode ser ilustrada por (4), em que aparecem as formas equivalentes.

- (4) a. A recusa da oferta (por João).
b. João recusar a oferta.
c. O recusar da oferta (por João).

A inexistência, em português, da construção com genitivo possessivo (cuja estrutura no inglês pode ser realizada com 's) provoca alterações de outra natureza, tais como a possibilidade de realizar o agente como um adjunto, por meio de um sintagma-*por* em (4a) e (4c);⁶ quanto a (4b), o agente aparece precedendo a forma infinitiva (figurando como agente do verbo, embora não como sujeito). Nem sempre é fácil perceber que em (4b) se está diante de uma nominalização, todavia, Basilio (1987) atenta para o fato de que a inclusão de uma palavra

⁵Nas glosas, GEN: genitivo.

⁶Adger (2003) levanta a hipótese de que isso se dá porque a preposição *of* (e no caso do português, *de*) não introduz agentes nesse tipo de estrutura, devido a restrições semânticas impostas pela Hierarquia de Atribuição de Papel Temático. Porém, essa é uma ideia que ainda precisa ser explorada para o português.

em uma determinada classe deve levar em conta tanto propriedades distribucionais (isto é, em que posições essas palavras podem ocorrer) quanto funcionais — ou seja, quais funções tal vocábulo pode exercer na estrutura oracional.

Assim, pode-se entender a forma infinitiva recusar em (4b) como um nome, já que pode ser considerada o núcleo do sujeito da sentença (5) por exemplo. Além disso, a forma de infinitivo — que vem sendo tratada pela tradição como uma das formas nominais do verbo — aparece desprovida de desinências de tempo, modo e aspecto (propriedades prototipicamente verbais). É nesse sentido, então, que estamos nos referindo a João como agente e, como sujeito sintático propriamente.

(5) [João recusar a oferta] foi uma grande indelicadeza.

De todo modo, como Chomsky (1970) observa, mesmo que se trate de uma nominalização, ou seja, de um sintagma que exerce uma função tipicamente atribuída a nominais, ela apresenta propriedades eminentemente verbais, tais como: agramaticalidade provocada pela presença de determinante, como em (6a); incompatibilidade com adjetivos como em (6b) — embora apresente compatibilidade com advérbios, como em (6c) — e a má formação da sentença causada pela ocorrência da preposição antes do tema do verbo, como em (6d).

- (6) a. * O recusar a oferta.
b. * João recusar imediato a oferta.
c. João recusar imediatamente a oferta.
d. *João recusar da oferta.

O ponto principal da discussão de Chomsky (dentro do que interessa a esta análise) é que as nominalizações gerundivas resultam de operações de movimentos sintáticos — assim como as construções passivas, conforme já mencionado — (ou seja, processos transformacionais), ao passo que as nominalizações derivadas ocorrem em algum componente da gramática que é anterior à sintaxe (o que posteriormente foi definido como Léxico). Adicionalmente, as nominalizações mistas, ainda que apresentassem a mesma forma das nominalizações gerundivas, possuíam um comportamento mais semelhante às nominalizações derivadas e, portanto, sua formação seria igualmente pré-sintática (isto é, tratava-se, segundo Chomsky, de um processo derivacional e não transformacional).

Pondo de lado esses casos, o emparelhamento da nominalização infinitiva em português com as nominalizações gerundivas do inglês, foco deste trabalho, deve lidar também com um problema adicional, que é a natureza do infinitivo nominal, dada a possibilidade de ocorrerem formas como as dispostas em (7), com infinitivo flexionado — em que o exemplo (5) aparece

reescrito em (7a).⁷

- (7) a. João *recusar* a oferta foi uma grande indelicadeza.
 b. Os meninos *recusarem* a oferta foi uma grande indelicadeza.
 c. Nós *recusarmos* a oferta foi uma grande indelicadeza.

De todo modo, como observaram Chomsky (1970) e Spencer (1991), esse tipo de nominalização apresenta, conforme dito anteriormente, um comportamento muito mais verbal do que nominal. Dessa maneira, o presente trabalho entende que esses nominais infinitivos, assim como os nominais gerundivos em inglês, consistem de processos que envolvem transformações sintáticas — em detrimento de operações morfológicas derivacionais. Como o objetivo deste trabalho é discutir processos morfológicos derivacionais, a nominalização resultante de transformações sintáticas não será contemplada em nossa análise.

3 Nominalizações gerundivas em inglês e em português

À primeira vista, retomando os exemplos em (4), parece-nos que as nominalizações derivadas (do tipo de *a realização do sonho*) e as nominalizações mistas (como *o recusar da oferta*) compartilham um maior número de propriedades em razão da ocorrência do determinante e da preposição. Convém examinar de maneira mais detalhada, porém, o comportamento dessas nominalizações para verificar tanto o seu estatuto derivacional quanto o de nominal misto.

Como já referido, as nominalizações mistas do inglês são entendidas como resultado de uma operação derivacional formadora de palavras. Para Brinton (1995), tal operação se dá por meio do acréscimo do sufixo *-ing* à base verbal — como em (8) em que se atribui o título de nominalização gerundiva aos exemplos devido ao dispositivo nominalizador ser o mesmo que aparece na formação do gerúndio verbal. De modo análogo, o título de nominalização infinitiva para o português provém da possibilidade de formar nomes mediante a adjunção de dispositivos nominalizadores, que apresentam a mesma forma do infinitivo nas bases verbais, como ilustra (9).

- (8) a. $[love]_V + -ing \rightarrow [loving]_N$ ‘amar’
 b. $[put]_V + -ing \rightarrow [putting]_N$ ‘colocar’
 c. $[be]_V + -ing \rightarrow [being]_N$ ‘ser/estar’
 d. $[kiss]_V + -ing \rightarrow [kissing]_N$ ‘beijar’

⁷Por questões de escopo, este estudo não aprofunda a natureza desse infinitivo, carecendo de maiores explicações em trabalhos futuros.

- (9) a. $[ama]_V + -r \rightarrow [amar]_N$
b. $[come]_V + -r \rightarrow [comer]_N$
c. $[dormi]_V + -r \rightarrow [dormir]_N$
d. $[compo]_V + -r \rightarrow [compor]_N$

Paralelamente a esse tipo de processo derivacional, cumpre notar que existem, na verdade, nomes com forma gerundiva também em português; porém, o paralelo existente com os nominais gerundivos do inglês é melhor estabelecido, em português, com as nominalizações infinitivas

Resende (2016) chama a atenção para o fato de que existem nominais em gerúndio, em português, tais como *orientando*, *formando*, *graduando* e *doutorando* a partir de formas de gerúndio dos seus respectivos verbos. Para o autor, as nominalizações em gerúndio do português têm sua produtividade aparentemente restrita a um mesmo campo semântico e não se comportam da mesma maneira que as nominalizações gerundivas do inglês, tanto pelo fato de que não estão disponíveis para qualquer verbo, quanto pelo fato de que, a rigor, os nominais gerundivos do inglês denotam *ato de X*, ao passo que, em português, a leitura disparada é a de *agente de X* (ou paciente, no caso de *orientando*).

Este trabalho advoga em favor de uma releitura das nominalizações infinitivas do português. A ideia é basicamente a de que, ao lado das nominalizações derivadas, existem outros dois tipos de nominalização em infinitivo: as *nominalizações gerundivas*, que apresentam mais semelhanças com verbos — e que resultam de transformações sintáticas, sendo, portanto, não derivacionais — e as *nominalizações mistas*, que têm um comportamento mais condizente com a classe dos nomes e que são resultado de um processo derivacional.

Como já mencionado, as nominalizações gerundivas não aparecem mais contempladas neste estudo, porque o interesse desta análise recai sobre as nominalizações resultantes de operações derivacionais, isto é, as derivadas e as mistas — nos termos de Chomsky (1970). A partir disso, examinamos se existe um emparelhamento entre essas duas classes de nominais formadas via derivação. Para tanto, ambas são submetidas à aplicação de testes: um fonológico, um morfológico, dois sintáticos e um semântico. Adicionalmente, o resultado desses testes deve confirmar ou negar o caráter misto desse tipo de nominal em português. Finalmente, o termo *nominalização mista* aparece substituído por *nominalização infinitiva*, para que o nominal seja rotulado pelo seu dispositivo nominalizador e reflita seu real comportamento, segundo supomos.

4 Nominalizações infinitivas e nominalizações derivadas

No que diz respeito à morfologia, Chomsky (1970, p. 40) ressalta que as nominalizações derivadas possuem dispositivos nominalizadores que são imprevisíveis, isto é, a princípio não é possível determinar a forma que um dado nome deverbal vai assumir atentando apenas para o verbo base. Além disso, como observa Spencer (1991), a derivação desses nominais envolve frequentemente alomorfa drástica e/ou supleção.

Alternativamente, as nominalizações gerundivas são sempre transparentes do ponto de vista morfofonológico e estão, em última análise, disponíveis para qualquer verbo do inglês. O mesmo parece ser observado para o português com relação às nominalizações infinitivas em questão.⁸ Assim, se, por um lado, as nominalizações derivadas são imprevisíveis quanto ao recurso nominalizador empregado — como em (10) — e envolvem com frequência alterações morfofonológicas — vistas em (11), por outro, as nominalizações em infinitivo são processos transparentes, produtivos e sistemáticos, conforme (12).⁹

- (10) a. [envelhecer]_V → [envelhecimento]_{N/*} [envelheceção]_{N/*} [envelhece]_N.
 b. [modernizar]_V → [modernização]_{N/*} [modernizamento]_{N/*} [moderniza]_N.
- (11) a. [discutir]_V → [discussão]_{N/*} [discutição]_N.
 b. [prometer]_V → [promessa]_{N/*} [prometa]_N.
- (12) a. [derrubar as árvores]_{DP}.
 [mover a caixa]_{DP}.
 [cantar o hino]_{DP}.
 b. o [derrubar]_N das árvores.
 o [mover]_N da caixa.
 o [cantar]_N do hino.

A partir de (12b), é possível concluir que a produtividade e a sistematicidade das nominalizações em infinitivo independem de existirem nominalizações derivadas para os mesmos verbos derivantes. Por exemplo, formam-se nominais infinitivos a partir (12a) ainda que já existam nomes como [derrubada]_N, [movimento]_N e [canto]_N (entre outros nomes deverbais) para as respectivas bases verbais.

Com relação à fonologia, uma característica consensualmente reconhecida do português brasileiro — e que não depende do dialeto ou do estrato social — é a possibilidade de realizar

⁸Cf. Brito (2012) para uma discussão das propriedades das nominalizações infinitivas no português europeu.

⁹Ainda que trabalhos mais recentes tenham mostrado que os sufixos podem apresentar compatibilidade semântica com algumas bases, mas não com outras e que, igualmente, diferentes dispositivos de nominalização podem denotar diferentes leituras, sobretudo aspectuais (Cf. Lemle (2002) entre outros).

o apagamento do rótico em coda silábica nos infinitivos verbais (cuja grafia assume sempre a presença de um *-r*)¹⁰, ou seja, uma sentença como *O Pedro vai jantar com a Maria*, por exemplo, pode ter o verbo no infinitivo pronunciado como /jaN'ta/ — ao lado de /jaN'tar/. Diferentemente, como afirma Resende (2016), esse apagamento não parece estar disponível para os nomes infinitivos, isto é, para sentenças como *O jantar estava maravilhoso*, há uma forte tendência para a pronúncia do rótico.¹¹

Tal restrição a esse apagamento fonológico, parece se estender a todas as nominalizações infinitivas, já que mover a caixa, com pronúncia /move/ é possível, mas *o mover da caixa*, com o apagamento do segmento da coda não o é: **o move da caixa*. Isso também se aplica aos pares *derrubar as árvores/o derrubar das árvores* e *cantar o hino/o cantar do hino*, mostrando que a possibilidade de realização ou não do rótico é uma propriedade da categoria e não puramente da forma de infinitivo.

No que concerne à sintaxe, como já mostrado, as nominalizações em infinitivo que resultam de transformações sintáticas apresentam comportamento prototipicamente verbal diante de determinação e modificação. De modo diverso, as nominalizações em infinitivo, deduzidas de processo derivacional, combinam-se bem com artigos, assim como os nominais derivados — como observado em (13) e (14).

(13) a. O [movimento]_N dos braços.

b. A [narração]_N dos fatos.

(14) a. O [mover]_N dos braços.

b. O [narrar]_N dos fatos.

No que concerne aos recursos modificadores do predicado (mais especificamente do núcleo do predicado), consideram-se os pares de exemplos em (15), (16) e (17).

(15) a. O [movimento]_N brusco dos braços.

b. A [queda]_N repentina do corpo.

(16) a. O [mover]_N brusco dos braços.

b. O [cair]_N repentino do corpo.

(17) a. *O [mover]_N bruscamente dos braços.

b. O [cair]_N repentinamente do corpo.

¹⁰Exceções dessa generalização são o verbo *vir* — */vi/ —, que conta com pronúncia variante /viM/, e o verbo *pôr* — */po/ — e seus derivados — *compor*, *depor*, *repor*, *supor*, *impor* etc.

¹¹Pelo menos para a maioria dos dialetos do português brasileiro.

Ao observarmos o contraste entre (16) e (17), pode-se afirmar que as nominalizações infinitivas são semelhantes às nominalizações derivadas em (15), já que dizem respeito às nominalizações que aceitam apenas adjetivos como modificadores (e não advérbios). Sendo assim, com base nesse teste, é possível hipotetizar que os nominais infinitivos apresentam comportamento prototipicamente atribuído aos nomes e, por consequência, se mostram divergentes com estruturas de modificação verbal, o que é uma evidência para atestar a efetiva mudança de categoria.

Finalmente, lança-se mão de um teste semântico para que seja examinado o comportamento dos nominais infinitivos nos quatro níveis de análise. Segundo observa Chomsky (1970), o significado das nominalizações gerundivas do inglês é sempre derivável composicionalmente a partir do significado do verbo derivante. Para Spencer (1991) é, inclusive, equivocado afirmar que a nominalização gerundiva tem um significado diferente do seu respectivo verbo. Diferentemente, nominalizações derivadas (como aquelas que envolvem a adição de sufixos) exibem significados adicionais ao sentido do verbo que lhes dá origem.

O mesmo comportamento semântico parece se verificar no domínio nominal do português. A rigor, parece que as nominalizações infinitivas têm sempre um significado regular, derivado, composicionalmente, do seu respectivo verbo, que poderia, a princípio, ser definido como uma referência à situação verbal em andamento expressa pelo significado base do verbo, isto é, *o derrubar das árvores* refere-se ao processo em andamento de derrubar as árvores. Da mesma forma, *o cair do avião* faz referência à queda, como processo durativo do evento de cair.

Spencer (1991) faz menção ao fato de que alguma nuance aspectual pode estar envolvida nesse processo de nominalização. A respeito disso, Brinton (1995) mostrou que as nominalizações gerundivas em inglês denotam processos durativos e que o emprego de uma nominalização em gerúndio dispara uma leitura atélica mesmo para eventos télicos (como visto no contraste *a queda/o cair*). De todo modo, essa é uma relação que precisará ser explorada em português.

Ademais, é fato que o significado das nominalizações derivadas diante de seus respectivos verbos não é regular e tampouco apresenta um percurso semântico derivacional transparente (talvez pela influência que o sufixo pode exercer sobre a interpretação que o nome deverbal recebe). Exemplos disso são nomes como *ferida* — que denota o estado resultante de *ferir* —, *declaração* — que pode tanto se referir ao instrumento pelo qual se declara alguma coisa, ao ato de declarar ou ainda ao objeto resultante de *declarar* — e *envio*, que só faz referência ao ato de enviar.

Com base nessas asserções, é possível concluir que as nominalizações em infinitivo apresentam um comportamento distinto das nominalizações derivadas e que, em termos semânticos, apresentam mais semelhanças com verbos do que com nomes. Uma saída plausível para afir-

mar o caráter (mais) nominal dessas nominalizações seria propor que esse processo derivacional regular só gera nomes com interpretação verbal (e de aspecto imperfectivo). De todo modo, tal formalização escaparia muito dos objetivos do presente trabalho.

5 Considerações finais

Este estudo advogou em favor da existência de um quarto processo derivacional de nominalização deverbal, a saber, a nominalização infinitiva, que forma nomes por meio de um recurso nominalizador que, por seu turno, apresenta a mesma forma da terminação do infinitivo. Tal processo distancia-se das nominalizações que podem exercer funções frequentemente atribuídas a nomes (tais como sujeito etc.), mas que são resultado de transformações sintáticas (e não de processos derivacionais) como em *recusar a oferta foi uma grande indelicadeza*.

Pondo de lado esses casos, a nominalização infinitiva apresentou comportamento bastante distinto das nominalizações ditas prototípicas, sobretudo por sua regularidade fonológica, morfológica, sintática e semântica, conforme os testes apresentados. Ademais, diferentemente do que ocorre em inglês, as nominalizações infinitivas não parecem apresentar um comportamento misto entre verbos e nomes.

A partir dos testes propostos, notou-se que o seu comportamento foi exclusivamente nominal, a menos que o seu aspecto semântico unicamente verbal seja entendido como um traço de verbo. Essas questões ainda merecem uma sistematização mais detalhada.

Finalmente, cabe tecer alguns breves comentários em favor da ideia de que o processo de nominalização que analisamos não é o mesmo que forma nomes do tipo de *dever, poder, jantar* etc. A ideia de que tais nomes não são formados pela mesma operação reside, primeiramente, no fato de que essas nominalizações são idiossincráticas do ponto de vista semântico e que apresentam comportamento sintático idêntico às outras nominalizações derivadas.

Em segundo lugar, e talvez com maior importância, em razão de as nominalizações infinitivas estarem disponíveis, em última análise, para qualquer verbo independentemente de já existirem outras nominalizações derivadas para a mesma base verbal, ou seja, pode-se formar *o cantar* independentemente de já existir *o canto*, e igualmente forma-se *o arrastar* mesmo que não haja outra nominalização disponível para o verbo *arrastar*.

Nos casos de *jantar, dever, poder*, entre outros, como já observado por Basilio (1987), a nominalização derivada apresenta a forma de infinitivo, mas não existem outras nominalizações derivadas disponíveis para esses verbos, ou seja, a forma em infinitivo é a única forma nominal para essa classe, entendida como fruto de afixação zero — assim como Brinton (1995) mostra ser o caso de nomes em inglês, como *bulding (prédio)* e *drawing (desenho)*.

Por fim, o vislumbre desse quarto tipo de nominalização deve investigar — assim como no caso das nominalizações infinitivas resultantes de transformações sintáticas — a natureza da

forma de infinitivo que aparece nos nominais, sobretudo diante de infinitivos como *zombarem* em (18) (HOLANDA, 1936, p. 148).¹²

(18) O *zombarem* de certos abusos desse nosso apego aos diminutivos.

A possibilidade de nominalizações infinitivas como (18), diante da ocorrência do infinitivo flexionado, constitui evidência em favor de caráter misto dessas nominalizações (já que esse tipo de recurso flexional é normalmente atestado para verbos).

Assim, com base nessas evidências, este trabalho atentou para a existência de um quarto processo derivacional formador de palavras, deixando, todavia, espaço para a exploração das consequências morfológicas, sintáticas e semânticas da postulação de tal processo.

Referências

- ADGER, D. *Core Syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- BASILIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- BRINTON, L. J. The Aktionsart of deverbal nouns in English. In: BERTINETTO, P. M.; BIANCHI, V.; HIGGINBOTHAM, J.; SQUARTINI, M. (Eds.). *Temporal reference, aspect and acionality*. Tormo: Rosenberg & Sellier. p. 27-45, 1995.
- BRITO, A. M. A nominalização do infinitivo no português europeu: aspectos sintáticos e semânticos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 2012, LISBOA. *Textos selecionados...* Lisboa: APL. p. 88-120. 2012.
- CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (Eds.). *Readings in English transformational grammar*. The Hague: Mouton. p. 184-221. 1970.
- HOLANDA, S. B. (1936) *Ratzes do Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- LEMLE, M. Sufixos em verbos: onde estão e o que fazem. *Letras*. Curitiba. n. 58. p. 279-324. jul./dez. 2002.
- RESENDE, M. S. *Derivação regressiva e construções com verbos leves: um estudo sobre aspecto lexical*. 124f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- SPENCER, A. *Morphological theory: an introduction to word structure in generative grammar*. Cambridge: Blackwell, 1991.

Squib recebido em 8 de setembro de 2016.

Squib aceito em 23 de setembro de 2016.

¹²Exemplo sugerido por Maria Cristina Figueiredo Silva.

Sobre la construcción de la telicidad en predicados inergativos

Romina Trebisacce*

José Silva Garcés†

Resumen

El objetivo de este *squib* es analizar de qué modo los verbos semelfactivos adquieren su lectura télica. Estos predicados, que son inergativos, presentan un problema para las propuestas sobre telicidad que postulan una correlación entre lectura télica y argumento interno. A partir de esta problemática, evaluamos dos hipótesis. La primera de ellas supone que los verbos inergativos adquieren la lectura télica en la sintaxis por un proceso de confluencia. La segunda considera que estos verbos son inherentemente télicos, motivo por el cual no necesitarían un rasgo [+télico] que deba ser chequeado en la sintaxis. A partir de esta segunda opción, explicamos cómo se obtienen la lectura télica (“Juan estornudó y luego siguió hablando”) y la lectura atélica (“Juan estornudó durante 10 minutos”).

Palabras clave: telicidad, interfaz sintaxis-semántica, verbos semelfactivos

Resumo

O objetivo deste *squib* é analisar de que forma verbos semelfactivos inergativos adquirem leitura télica. Tais predicados, que são inergativos, apresentam um problema para as propostas sobre telicidade, as quais, por seu turno, postulam uma correlação entre a leitura télica e a existência de um argumento interno — que verbos inergativos são incapazes de prover. A partir dessa problemática, avaliamos duas hipóteses. A primeira supõe que eventos inergativos adquirem leitura télica na sintaxe por um processo de confluência. A segunda hipótese considera que esses verbos são, na verdade, inerentemente télicos, por isso não careceriam de um traço [+télico] que deva ser valorado na sintaxe. Sob essa última perspectiva, examinamos como a sintaxe constrói a leitura télica que estaria presente em

*Universidad de Buenos Aires/CONICET, *e-mail*: rtrebisacce@gmail.com.

†Universidad Nacional del Comahue, *e-mail*: sg_jose@yahoo.com.ar.

“João espirrou e depois continuou falando”, em oposição à leitura atélica, dada em “João espirrou durante 10 minutos”.

Palavras-chave: telicidade, interface sintaxe-semântica, verbos semelfactivos

1 Introdução

En el presente *squib* nos proponemos responder la pregunta acerca de cómo se construye la interpretación télica de un evento en casos en los que el predicado involucrado es inergativo. Estos predicados, tal como ha sido ampliamente aceptado, no requieren un argumento interno: están contruidos solo con un argumento externo.

Sin embargo, en el marco de la Gramática Generativa, ha sido abundante la bibliografía que ha estudiado la relación entre la interpretación télica de un evento y la presencia de un argumento interno con propiedades sintácticas y semánticas definidas. Desde un enfoque semántico-referencial, Tenny (1994), por ejemplo, postula que es el argumento interno el encargado de medir (en inglés, *measure-out*) el evento. Según la autora, “[e]ntre los distintos argumentos del verbo, solo el argumento interno directo puede ‘medir el evento’ al cual se refiere el verbo, donde ‘medir’ hace referencia al rol desempeñado por el argumento para marcar el término temporal del evento” (TENNY, 1994, p. 11).¹ En este sentido, el argumento interno *la pizza* en (1) “mide” el evento de comer, de modo tal que la consumición completa de la pizza implica el fin del evento de comer:

(1) Juan comió la pizza.

Por otra parte, existen ciertos enfoques sintácticos que intentan dar cuenta del hecho de que, cuando el evento es télico, el objeto presenta propiedades morfológicas particulares. En este sentido, Kratzer (2004) propone que la interpretación télica del evento tiene lugar mediante un mecanismo de chequeo de rasgos: el rasgo interpretable [télico] del verbo tiene que ser chequeado con el rasgo no interpretable [acusativo] del argumento interno en una configuración especificador-núcleo. La autora señala, siguiendo a Kiparsky (1998), que existen ciertas lenguas, como el finés, en las cuales el caso morfológico del objeto directo depende de características aspectuales del evento. Tal como se observa en (2), si el evento es télico, el objeto directo presentará caso acusativo; en cambio, si es atélico, el objeto presentará caso

¹La traducción del original es nuestra: “Among a verb’s various arguments, only the direct internal argument can ‘measure out the event’ to which the verb refers to, where ‘measuring out’ refers to the role played by the argument in marking the temporal terminus of the event”.

partitivo.²

Finés

- (2) a. Ammu-i-n karhu-a/kah-ta karhu-a/karhu-j-a.
 Shoot-PAST-1sg bear-PART/two-PART bear-PART/bear-pl-PART
 ‘I shot at the (a) bear/at (the) two bears/at (the) bears.’
 ‘Disparé hacia un oso/ hacia dos osos/ hacia los osos’ (traducción nuestra)
- b. Ammu-i-n karhu-n/kak-si karhu-a/karhu-t.
 Shoot-PAST-1sg bear-ACC/two-ACC bear-PART/bear-pl-ACC
 ‘I shot the (a) bear/two bears/the bears’
 ‘Disparé a un oso/ a dos osos/ a los osos’ (traducción nuestra)
 (KIPARSKY, 1998, p. 2-3)

La propuesta de chequeo de rasgos de Kratzer (2004) puede dar cuenta, mediante un mecanismo sintáctico, de los datos observados por Kiparsky (1998). El rasgo interpretable [téllico], que debe ser chequeado en la sintaxis por un rasgo no interpretable [acusativo], es leído en Forma Lógica del siguiente modo (ver KRATZER, 2004, p. 393):

- (3) [téllico] = $\lambda R \lambda x \lambda e [R(x) (e) \ \& \ \forall x' [x' \leq x \rightarrow \exists e' [e' \leq e \ \& \ R(x') (e')]]]$

En otras palabras, el rasgo [téllico] es interpretado como una relación (R) entre un objeto (x) y un evento (e), de modo que para cada subparte del objeto (i.e., x') exista una subparte del evento (i.e., e') con la que este se relaciona.

En esta línea de razonamiento, Verkuyl (1993) postula que el significado aspectual de una frase está en estrecha relación con el significado aspectual del objeto. Esta relación es la que intenta captar la Generalización de Verkuyl (ver BORER, 2005, p. 73):^{3,4}

- (4) La interpretación télica [del evento] solo puede surgir en el contexto de un argumento directo con la propiedad *a*.

²En este trabajo, hacemos uso de las siguientes abreviaciones: PAST: pasado; PART: partitivo; ACC: acusativo; ABS: absoluto; SG: singular; IND: indicativo; +/-TR: (in)transitivo.

³Traducción nuestra del original: “The telic interpretation [of the event] just can emerge in the context of a direct argument with the property *a*”.

⁴Según Borer, la propiedad *a* se refiere a la propiedad que ha sido “generalmente buscada en el dominio de la cuantificación” [traducción nuestra del original: “generally sought within the domain of quantification”]. Sin embargo, ella argumenta que esta propiedad corresponde a la noción de quantity, que es definida del siguiente modo (BORER, 2005, p. 147):

- (i) a. *Quantity*: *P* es quantity ssi *P* no es homogéneo,
 b. *P* es homogéneo ssi *P* es acumulable y divisible.
- (ii) a. *P* es acumulable ssi $\forall x [P(x) \wedge P(y) \rightarrow P(x \cup y)]$.
 b. *P* es divisible ssi $\forall x [P(x) \rightarrow \exists y (P(y) \wedge y < x)] \wedge \forall x, y [P(x) \wedge P(y) \wedge y < x \rightarrow P(x-y)]$.

En suma, ha sido mucha la bibliografía que ha enfatizado en que existe una relación entre la interpretación télica de los eventos y la presencia de un argumento interno con una determinada propiedad semántica (VERKUYL, 1993; KRATZER, 2004; TENNY, 1994; DOWTY, 1991). En este sentido, resulta relevante la pregunta acerca de cómo se construye la telicidad en predicados que no presentan un argumento interno (i.e., en verbos inergativos). Es decir, la pregunta que nos hacemos en este trabajo es de qué forma se “miden” estos eventos.

En el presente *squib* abordaremos un conjunto de predicados inergativos, como *pestañear*, *estornudar*, *toser*, que podrían ser incluidos en la clase aspectual de *logros* (VENDLER, 1967) dada su estructura temporal interna (i.e., eventos télicos sin duración). Como podemos ver en (5), los eventos denotados por estos verbos no tienen duración, motivo por el cual no pueden ser divididos en fases intermedias (i.e., no pueden combinarse con frases como *hasta la mitad* ni con la construcción adverbial *de a poco*):

- (5) a. *Juan pestañeó hasta la mitad.
- b. *Juan estornudó de a poco.

Pese a que denotan eventos télicos sin duración, estos verbos, llamados *semelfactivos*,⁵ no han sido considerados tradicionalmente como logros, en (6), dado que pueden dar lugar tanto a lecturas télicas, en (7), como a lecturas atélicas, en (8).

- (6) a. Juan rompió el vaso.
- b. *Juan rompió el vaso durante quince minutos.
- (7) a. La doctora estornudó en un momento inoportuno.
- b. El niño de gorra parpadeó y perdió el juego.
- (8) a. La doctora estornudó durante toda la consulta.
- b. El niño parpadeó durante todo el juego.

Mientras que en la lectura télica (7) se interpreta que el evento tiene lugar una única vez, en la lectura atélica se interpreta que el evento ha ocurrido en más de una oportunidad (i.e., el predicado describe una sucesión no delimitada de subeventos de *parpadear* o *estornudar*).

En este trabajo, evaluaremos dos posibles soluciones a nuestra pregunta inicial y consideraremos en cada caso las consecuencias teóricas que cada posible solución implica. La primera, que analizaremos en la siguiente sección, supone que la construcción de la telicidad tiene lugar en la sintaxis a partir de la presencia del rasgo [+delimitado] en el argumento interno. De acuerdo con esta propuesta, los eventos no vendrían marcados inherentemente como télicos,

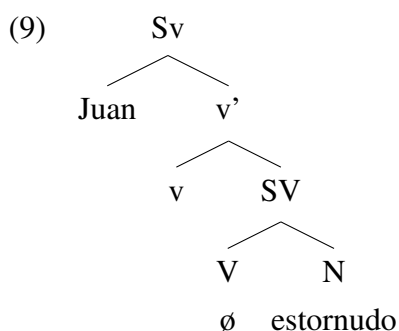
⁵No es el propósito de este trabajo determinar si estos predicados constituyen o no una clase natural (para una discusión detallada sobre este punto, véase Smith, 1991, Rothstein, 2004 y Borer, 2005).

sino que, por el contrario, su interpretación télica sería construida sintácticamente. Este primer análisis recupera la propuesta de Hale & Keyser (2002) acerca de la naturaleza transitiva de los predicados inergativos. En este sentido, estos predicados tendrían un argumento interno con un rasgo [+delimitado] proyectado en la sintaxis. Como veremos en la próxima sección, existe una serie de problemas teóricos y descriptivos que vuelven poco deseable esta propuesta. En el segundo análisis, postularemos que estos predicados tienen inherentemente una denotación télica, tal como a menudo se sugiere respecto de los logros. En esta segunda propuesta, discutiremos el modo en que se obtiene la lectura atélica de los semelfactivos (i.e., la que implica un conjunto no delimitado de subeventos télicos).

2 Verbos semelfactivos como proceso de confluencia

Como primera hipótesis, consideraremos que la lectura télica de estos eventos semelfactivos se construye en la sintaxis (i.e. no se trataría de eventos inherentemente télicos). Dado que los predicados semelfactivos no tienen un argumento interno, y dado que hemos argumentado que la interpretación télica de un evento está relacionada con la presencia de un argumento interno, es posible preguntarse qué es lo que los “mide” (en términos de TENNY, 1994). Una posibilidad — aquella que consideraremos en esta sección — es que exista un proceso de *confluencia* subyacente a estos predicados.

Hale & Keyser (2002) sostienen que los predicados inergativos son, en realidad, transitivos: tienen un núcleo V fonológicamente nulo y un nombre eventivo como complemento. Como este núcleo verbal es fonológicamente nulo, el complemento nominal y el núcleo verbal deben participar de un proceso de *confluencia* (i.e., similar a lo que ocurre en los procesos de *incorporación*). Es importante notar que este proceso ocurre solo entre núcleos — i.e., no sería posible que un SX se incorpore a un núcleo fonológicamente nulo. Dado que los verbos semelfactivos son inergativos, podemos extender la propuesta de Hale & Keyser (2002) a los verbos que analizamos en este *squib*. Así, esta propuesta nos permite explicar la interpretación télica de los predicados semelfactivos: el nombre eventivo que participa de un proceso de confluencia con el núcleo V tiene un rasgo [+delimitado], como se observa en (9). Esto permite que el evento se interprete como télico:



Sin embargo, en este punto es necesario explicar cómo se logra la lectura iterativa de datos como los de (8). Existen, al menos, dos posibilidades: (i) la proyección de un SNum, que pluralice el nombre; (ii) la presencia de un operador por encima de *v* que vuelva iterativo al evento.

Dado que el proceso de confluencia surge solo entre núcleos, la primera posibilidad no puede prosperar: si un SNum se proyecta para volver plural al nombre eventivo, el complemento de *v* no sería ya un N, sino un SN. Por esto motivo, descartamos la posibilidad (i); por el contrario, la lectura iterativa debería desencadenarse a partir de la presencia de un operador que tome un evento télico y lo vuelva iterativo — como sugiere la posibilidad (ii). Si bien esto parece plausible, la propuesta general que evaluamos en este apartado (i.e., que la telicidad de los semelfactivos se explique a partir de un proceso de *confluencia*) cuenta con otros problemas que nos llevarán a descartarla, como veremos a continuación.

Si la telicidad es el resultado de un proceso de confluencia, los verbos inergativos que presentan la estructura $[[v [v \emptyset [n [+delimitado]]]]]$, deberían mostrar el mismo comportamiento que aquellos que analizamos aquí. Es decir, esperamos que todos los verbos inergativos — incluyendo los atélicos como caminar, trabajar y jugar — tengan una lectura télica. Así, la lectura esperable es la siguiente:

(10) [Juan $[v [v \emptyset [N \text{ caminata } [+delimitado]]]]]$.

Incluso si esta propuesta permitiera explicar la lectura iterativa de (11) — i.e., los verbos inergativos son télicos en función de esta estructura, aun cuando superficialmente no presenten un argumento interno no resulta claro cómo surge la lectura atélica continuativa, como en (11b):⁶

- (11) a. Juan caminó tres veces esta semana.
b. Juan caminó durante tres horas.

Para derivar esta lectura, sería posible pensar que existe un operador de tipo “masa” ubicado en SNum en el nombre eventivo que vuelve no delimitado al evento.

- (12) a. $[v \emptyset [N \text{ caminata } [+delimitado]]] \rightarrow [v \emptyset [N_{\text{num}} \text{ op. masa } [N \text{ caminata } [-delimitado]]]]$
b. Juan caminó (por 3 horas) $\rightarrow [Juan [v [v \emptyset [N_{\text{num}} \text{ op. masa } [N \text{ caminata } [-delimitado]]]]]$.

Sin embargo, esta explicación presenta dos problemas. En primer lugar, si el operador estuviese en SNum, el proceso de confluencia tendría lugar entre un núcleo y un SN, lo cual no es posible, como asumimos antes. En segundo lugar, este operador de tipo “masa” es una estipulación, dado que no existe evidencia independiente en favor de que estos predicados sean,

⁶Habría, en la sintaxis, un argumento interno que delimitaría el evento, y luego, un operador iterativo.

a priori, télicos. En efecto, esta explicación debe dar cuenta de por qué las siguientes oraciones tienen una lectura aspectual diferente:

- (13) a. Juan estornudó durante 10 minutos.
b. Juan caminó durante 10 minutos.

Como puede observarse, mientras que en (13a) solo es posible obtener una lectura iterativa (i.e., un evento conformado por una suma de subeventos télicos), en (13b) la lectura que surge es continuativa. Así, si estos predicados tienen la misma estructura y se derivan de la misma manera, la diferencia de lecturas en (13) no es esperable.

3 Predicados inherentemente télicos sin argumento interno

La segunda hipótesis que vamos a considerar es aquella según la cual estos predicados no requieren un argumento interno para que su denotación sea télica. Por el contrario, consideraremos la posibilidad de que los verbos sean inherentemente télicos (i.e., tienen una denotación télica).

Como fue dicho antes, los predicados que analizamos en el presente trabajo pueden denotar dos tipos de eventos: pueden ser interpretados como un único evento télico instantáneo (14a) o como una suma de subeventos télicos instantáneos (14b):

- (14) a. Juan estornudó y luego siguió hablando.
b. Juan estornudó durante toda la conferencia.

Si esta segunda hipótesis es correcta, es esperable que (14a) tenga una interpretación de evento único e instantáneo. En este sentido, lo que debemos explicar es cómo se obtiene la lectura de (14b). Esto es, dado que — siguiendo esta hipótesis — estos predicados tienen una denotación télica y dado que la oración en (14b) denota una suma de subeventos télicos, debería existir un mecanismo gramatical que tome un predicado cuya denotación es télica y lo convierta en una sucesión de subeventos télicos instantáneos. Así, necesitamos determinar qué tipo de dispositivo puede ser el que opera en estos casos. Además, buscamos establecer si este dispositivo es el mismo que encontramos en oraciones como las de (15).

- (15) Juan caminó durante todo el año.

Siguiendo el espíritu de Kratzer (2004), es posible pensar que existe un operador imperfectivo implícito, ubicado por encima del núcleo verbal, que toma un evento télico y lo convierte en un evento atélico. Si es así, esperaríamos que la denotación de un predicado imperfectivo sea idéntica a la denotación que encontramos en (14b).

Kratzer (2004, p. 405-408) postula que un operador imperfectivo crea una propiedad que es verdadera para todo tiempo t si y solo si t está contenido en el tiempo del evento. A modo de ejemplo, considérese (16a). Como se observa, el español tiene lo morfema imperfectivo {-ba/-ia-} que puede ser considerado la realización morfológica de este operador. Así, en (16a) para cada intervalo de tiempo contenido en el tiempo del evento es verdadero que Juan llevó a cabo el evento de mirar una película.

- (16) a. Juan mira-**ba** una película.
b. Juan com-**ía** un sándwich.

Cuando el operador imperfectivo tiene alcance sobre un evento télico como en (16b), vuelve atélico al evento dado que su culminación no tiene lugar en el tiempo del evento — aunque sí esté implicado.

Como se mencionó anteriormente, si esta hipótesis es correcta, se espera que los predicados que analizamos tengan la misma denotación semántica. Sin embargo, este no es el caso. Respecto de estos predicados no podemos afirmar que para cada intervalo temporal contenido en el tiempo del evento es verdad que Juan llevó a cabo el evento de estornudar, ya que existen momentos contenidos en el tiempo del evento que no son el evento de estornudar.

- (17) Juan estornudó durante 10 minutos.

En efecto, la lectura iterativa de (17) es muy similar a la (18), con un verbo causativo télico. En (18), el predicado denota una sumatoria de subeventos télicos instantáneos.

- (18) Juan rompió vasos (durante 10 minutos).

Sin embargo, mientras que en (18) es la pluralización del argumento interno lo que vuelve atélica a la oración, en (17) esto no sucede, dado que este predicado es inergativo. En este caso, podría pensarse en un mecanismo de pluralización — un operador semántico, por ejemplo — que tome eventos y los pluralice.

Como muestra van Geenhoven (2004), existe evidencia, a partir de datos de lenguas tipológicamente distintas, de un marcador de pluralidad que se aplica a eventos. Esto se observa en (19):⁷

⁷El ejemplo figura así en van Geenhoven (2004, p. 149). En la primera línea, se escriben las palabras sin diferenciar los morfemas verbales (que, como se observa en *imnee* y *lertor*, suelen sufrir pequeñas alteraciones), mientras que en la segunda línea se escriben los mismos morfemas sin alteraciones separados con guiones (*mmir* y *lirtur*).

Asimismo, hemos visto que estos tipos de predicados, que son inergativos y denotan eventos no durativos y télicos, presentan un problema para los enfoques que explican la lectura télica de los eventos a partir de la presencia de un argumento interno con una propiedad semántica determinada. Por este motivo, hemos explorado dos posibles soluciones. La primera de ellas parte de la hipótesis de que en estos predicados tiene lugar un mecanismo de *conflación* (HALE & KEYSER, 2002); es decir, presentarían la estructura [\emptyset + argumento interno]. En este sentido, siempre que el argumento interno sea delimitado, el predicado resultante será télico. Sin embargo, hemos descartado esta propuesta dado que presenta problemas tanto teóricos como descriptivos.

Como segunda opción, hemos considerado la posibilidad de que la telicidad sea una propiedad inherente de la denotación de estos predicados. Este análisis nos ha llevado a la pregunta acerca de cómo tiene lugar la lectura atélica. Para explicar esto, hemos seguido ciertos trabajos que abordan el fenómeno de *pluraccionalidad* en diferentes lenguas (van GEENHOVEN, 2004; LACA, en prensa; MÜLLER & SÁNCHEZ-MÉNDEZ, 2007). Hemos propuesto que, en estos casos, hay un operador implícito encargado de tomar un evento y pluralizarlo, de tal modo que el resultado sea una suma de subeventos. Este operador, que llamamos *FREQ* siguiendo a van Geenhoven, se halla realizado morfológicamente en lenguas tales como groenlandés oeste y karitiana (MÜLLER & SÁNCHEZ-MÉNDEZ, 2007). Nuestra propuesta puede ser extendida a actividades y estados, como en (21); es decir, también en estos casos la interpretación iterativa se obtiene a partir de la presencia del operador implícito *FREQ*.

Referencias

- BORER, H. *Structuring sense*. New York, Oxford University Press, 2005.
- DOWTY, D. Thematic Proto-Roles and Argument Selection. *Language*, v. 67, n. 3, p. 547-619, 1991.
- HALE, K. & KEYSER, K. *Prolegomenon to a theory of argument structure* (Vol. 39). Cambridge, MIT Press, 2002.
- KIPARSKY, P. Partitive case and aspect. En: GEUDER, W. (Ed.). *The projection of arguments: Lexical and compositional factors*. CSLI Publications, 1998.
- KRATZER, A. Telicity and the meaning of objective case. En GUÉRON, J. & LACARNE, J. *The syntax of time*. Cambridge, MIT Press, 2004.
- LACA, B. Pluralidad y aspecto verbal en español. *Revista Española de Lingüística*. En prensa.
- MÜLLER, A. & SÁNCHEZ-MÉNDEZ, L. The meaning of pluriactionality in Karitiana. *Proceedings of SULA: 4th Conference of Semantics of Under-Represented Languages in the Americas*, 2007.
- ROTHSTEIN, S. *Structuring Events. A Study in the Semantics of Lexical Aspect*. UK: Blackwell Publishing, 2004.
- SMITH, C. *The parameter of aspect*. London, Kluwer Academic Publishers, 1991.
- TENNY, C. *Aspectual Roles and the Syntax-Semantics Interface*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1994.

van GEENHOVEN, V. For-adverbials, frequentative aspect, and pluractionality. *Natural language semantics*, v. 12, n. 2, p. 135-190, 2004.

VENDLER, Z. *Linguistics in Philosophy*. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

VERKUYL, H. *A theory of aspectuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Squib recibido en el 29 de julio de 2016.

Squib aceptado en el 15 de diciembre de 2016.

Considerações sobre a variação da preposição *de* na aquisição do português brasileiro

Harley Toniette*

Carla Minello†

Resumo

Este trabalho observa se é possível encontrar variação na ocorrência de preposições na aquisição do português brasileiro. Para isso, lança-se mão da versão minimalista da teoria gerativa (CHOMSKY, 1995) e de um *corpus* de fala infantil composto pelas gravações de duas crianças em fase de aquisição. A variação é analisada em paralelo a dados da gramática adulta e busca encontrar indícios que possam apontar se há variação de preposições presente na derivação dos sintagmas analisados. Além disso, será discutido se o fenômeno pode ser explicado mais adequadamente pela inserção tardia da preposição (inserção pós-sintática) ou se simplesmente seus traços não são pronunciados.

Palavras-chave: aquisição da linguagem, português brasileiro, preposições

Abstract

This paper investigates variations in the occurrence of prepositions in the acquisition of Brazilian Portuguese (BP). This work adopts the minimalist version of generative theory and analyzes data from a *corpus* of children's speech composed of recordings from two children acquiring BP. The variation is analyzed parallelly with the adult grammar and we try to find clues on the origins of variation in the derivation of the phrases under analysis. We will discuss whether late insertion can explain more adequately the variation of the preposition (post-syntactic insertion) or simply the preposition's phonological features are not pronounced.

Keywords: language acquisition, Brazilian Portuguese, prepositions

*Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Doutorando do Programa de Linguística, *e-mail*: harley-toniette@gmail.com.

†Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Mestranda do Programa de Linguística, *e-mail*: carlamminello@gmail.com.

1 Introdução

Este trabalho observa a manifestação de variação na ocorrência de preposições que encabeçam adjuntos internos de um DP — ver (1)-(3) adiante — em um *corpus* de fala composto por dados de produção espontânea de duas crianças (A.C. e G.) falantes do português brasileiro (PB). Variação na ocorrência de preposições significa, para este trabalho, a possibilidade de uma preposição estar ou não presente em uma determinada estrutura sintática sem prejuízo para a gramaticalidade da sentença.

Especificamente, busca-se discutir neste trabalho se a variação na ocorrência de preposições, licenciada na gramática adulta,¹ pode ser encontrada em estágios iniciais da aquisição do

¹Até então não havia um estudo detalhado sobre as variações na ocorrência de preposição nas diferentes variedades do PB. A informação de que a variação está presente nas variedades vem de dados da introspecção do autor e da consulta a falantes de diversas regiões do país. Para discussões deste tipo no PB, sugere-se consultar os trabalhos de Rocha (1993) e Kato (2008, 2012). Seguem alguns exemplos de variação na gramática adulta retirados da introspecção dos autores deste trabalho (admite-se haver possibilidades de variação dialetal na aceitabilidade dessas sentenças):

(i) Em DPs argumentais localizados à direita do verbo em orações matrizes:

a. Eu sei (de) pouca coisa da menina que você falou.

(ii) Em PPs adverbiais (temporais) à direita do verbo que marcam a duração de um evento:

a. O João bebeu suco (por) cinco minutos.

(iii) Entre o sujeito e o verbo infinitivo em sentenças encaixadas:

a. O João ensinou o Pedro (a) nadar.

(iv) Em *tough constructions* (ver Moreno, 2014):

a. O João é difícil (de) agradecer. / b. É difícil (de) agradecer o João.

(v) Em contextos de *sluicing* em orações relativas à direita do verbo:

a. Algumas pessoas ficam bêbadas mais rapidamente (do) que outras.

(vi) Em alguns adjuntos internos de PPs interrogativos/topicalizados/relativos à esquerda e à direita de orações:

a. (De) qual autor (d) aqui / (d) ali / (de) lá / (de) perto / (de) longe / (de) dentro / (de) fora / da UNICAMP (que) você vai falar amanhã?

b. Você vai falar amanhã de qual autor (d) aqui / (d) ali / (de) lá / (de) perto / (de) longe / (de) dentro / (de) fora / da UNICAMP?

vii) Em PPs de orações interrogativas:

a. (Contra) que time (que) o Corinthians joga hoje?

viii) Em DPs modificados por relativas:

a. (Sobre) a menina que você falou eu sei pouca coisa

ix) Em DPs relativizados à esquerda que trazem em sua estrutura interna uma preposição:

a. A menina (de) que você falou não veio à aula hoje.

x) Na posição de tópico em orações simples:

a. (Sobre) linguística, eu sei pouco

PB. Em caso afirmativo, quais são os contextos e tipos preposicionados envolvidos na variação.

De antemão, foram encontradas, por este trabalho, somente ocorrências de variação da preposição *de*, que se manifestam na estrutura interna de DPs em orações simples ou subordinadas à esquerda e à direita do verbo da sentença, seja nas posições de sujeito, objeto ou na periferia esquerda — ver (1)-(3) a seguir.

- (1) Argumento Interno na posição de sujeito
- a. A.C.: esse *daqui* é tomate pequenininho. (2;01)
- b. A.C.: esse aqui não é olho. (2;01)
- c. G.: isso aí é uma bo(r)boleta. (2;03)
- (2) Argumento Interno na posição de objeto
- a. G.: vou fazer com aquilo ali. (2;03)
- b. G.: eu vou botar isso *daqui*. (2;03)
- (3) Argumento Interno na “periferia esquerda”
- G.: isso *daqui* eu vou deixar aqui. (3;08)

Vale frisar que os exemplos acima apontam que a variação na ocorrência da preposição *de* não parece estar condicionada por tipos verbais específicos, uma vez que aparece ao lado de verbos como *fazer* e *ser* e com as locuções *vou botar* e *vou fazer*, nem parece estar ligada à posição sintática em que o elemento que apresenta a variação da preposição está. Como consequência disso, este trabalho apresentará, mais à frente, uma breve discussão em torno da (im)possibilidade de variação na ocorrência de preposições adjuntos adnominais modificadores de DPs.

A variação na ocorrência de preposições é um fenômeno aparentemente presente na maior parte das variedades do PB, com possíveis diferenças de licenciamento entre uma vari-

xi) Em adjuntos adnominais com os advérbios de base pronominal *ali*, *aqui* e *aí*:

- a. Esse (d)aqui eu não gosto
- b. Esse (d)aí é meu livro
- c. Aquele (d)ali é meu livro
- c. Eu não gosto desse (d)aqui
- d. Meu livro é esse (d)aí
- e. Meu livro é aquele (d)ali
- f. Esse (d)aqui (que) eu não gosto
- g. Esse (d)aí (que) é meu livro
- h. Aquele (d)ali (que) é meu livro
- i. Eu não gosto desse (d)aqui
- j. Meu livro é esse (d)aí
- k. Meu livro é aquele (d)ali

idade e outra. Um dos pontos a se investigar é se a variação da preposição causa alguma alteração de sentido evidente nas sentenças analisadas. Busca-se, a partir da observação e análise desses dados, levantar questões em torno da teoria do Caso e de como a variação na ocorrência de uma categoria pode ser capturada dentro das possibilidades de derivação de categorias na sintaxe.

Como hipótese inicial, defende-se que o licenciamento da variação na ocorrência de preposições está ligado à possibilidade de DPs serem marcados na morfologia em determinados contextos com Caso *default*, tal como defendido por Schültze (2001). Essa marcação se realiza nas estruturas internas de DPs modificados por adjuntos adnominais, dada a ausência da preposição que marcaria o Caso do DP, como apontam os dados em (4)-(13).

As próximas seções deste trabalho farão breve apresentação sobre o papel das preposições na teoria sintática, seguida de uma discussão dos dados, com um esboço de hipótese para explicar a variação. Por fim, serão tecidas algumas considerações finais.

2 Preposições e a teoria sintática

Littlefield (2004) argumenta que preposições geram problemas para sua classificação, pois ao mesmo tempo que são consideradas como uma das grandes categorias dentro dos estudos em sintaxe gerativa, ocupando um lugar entre nomes, verbos e adjetivos, categorias lexicais por excelência, podem também apresentar características que as colocam em semelhança com categorias como determinantes e flexão, categorias funcionais por excelência. Soma-se a isso o comportamento de classe fechada das preposições, tal como determinantes e flexão, ao mesmo tempo em que preposições podem ter conteúdo semântico pleno, característica de elementos lexicais, podendo inclusive atribuir papel teta em alguns contextos. Em contraste, em alguns casos excepcionais, preposições podem inclusive ser atribuidoras de Caso, contudo sem atribuir um papel teta a um elemento (como as preposições do tipo *dummy* ou atribuidoras de caso *dummy*, por exemplo). Littlefield (2004, 2006) defende, a partir de seus trabalhos em aquisição da linguagem, e outros em sintaxe e afasia citados pela autora em seus estudos, que se preposições forem tomadas como membros de uma categoria híbrida, as características de conflito encontradas não se sustentam, uma vez que não são as preposições e suas gradações contraditórias que são o problema, mas sim a ideia de se tratar preposições como uma categoria monolítica.

Para este estudo, interessa saber o que os dados de aquisição podem apresentar em relação ao processo de variação de preposições nos contextos em (1)-(3). A próxima seção trará os dados coletados no corpus e esboçará algumas análises.

3 Descrição e análise dos dados

Os dados de produção espontânea tomados para este estudo são parte do corpus do banco de dados do Centro de Aquisição e Aprendizagem de Linguagem (CEAAL/PUCRS). Tais dados compreendem duas crianças (A.C. e G.) em fase de aquisição do PB com idades compreendidas entre 1;08 (um ano e oito meses) e 3;07 (três anos e sete meses).

O trabalho de análise foi organizado em cima de uma divisão em três períodos, levando em conta a faixa etária das crianças que tiveram sua fala analisada (primeiro período de 1;08.01 até 1;12.29, segundo período até 2;01.01 até 2;12.29 e terceiro período de 3;00.01 até 3;08). Uma divisão desse tipo busca entender se há dados que possam categorizar momentos distintos de aquisição e se é possível estabelecer uma transição entre esses momentos. Os dados encontrados e analisados não foram submetidos a nenhum tipo de quantificação estatística. Sendo assim, apresenta-se, a seguir, uma análise qualitativa de produções orais de duas crianças em aquisição do PB.

3.1 Primeiro período — até 1;12.29

Os dados deste período trazem DPs modificados por adjuntos retirados da fala espontânea de A.C e G. — ver (4), com uma ocorrência de locução prepositiva como resposta dada por A.C — ver (5), além da presença do DP *esse aqui* na posição de sujeito em uma oração com verbo de cópula — ver (6). As crianças observadas já lidam com esses DPs neste período, mas sem omitir a preposição em seus adjuntos internos. Em contrapartida, dados como *esse aqui* podem ser derivados com variação da preposição *de* na gramática adulta (cf. exemplos em (xi) na nota de rodapé 1), mas os dados examinados não exibem uma possível variação na ocorrência de preposição na gramática infantil nesta faixa de idade nestes contextos.

- | | | | |
|-----|----|-------------------------|-------------|
| (4) | a. | o teu chapéu de paião. | (A.C. 1;08) |
| | b. | o momi da fa(r)mácia. | (G. 1;08) |
| (5) | | dent(r)o do saco aqui. | (A.C. 1;08) |
| (6) | a. | esse aqui é de p(r)aia. | (A.C. 1;08) |
| | b. | esse aqui é o tio. | (G. 1;08) |

Por fim, os dados de G. trazem, nesta faixa, uma ocorrência do DP *esse aqui* em uma sentença do tipo clivada — ver (7). A variação na ocorrência da preposição *de* pode ser encontrada em contextos como (6) e (7) na gramática adulta (ver exemplos em xi na nota 1) em várias partes da sentença, mas até então, não há contrastes de variação na gramática infantil nos dados coletados. Não foi encontrada a variação observada em nenhum outro contexto e nem com outro tipo preposicionado.

- (7) a. esse aqui que é o tio. (G. 1;08)

3.2 Segundo período — até 2;12.29

Os dados de A.C deste período apresentam contraste na ocorrência da preposição *de* na posição de sujeito sem mudança aparente de significado — ver (8). Pode-se argumentar, dada a semelhança entre os dados em (8), que a preposição *de* categoricamente não existe nesse tipo de construção, ao menos inicialmente.² Todavia, a variação na ocorrência de preposições aparentemente se dá de modo sistemático, ou seja, a criança provavelmente “sabe” em quais contextos “pode” variar a ocorrência da preposição, uma vez que não há o aparecimento de variação da preposição em sentenças como em (4) e (5) e essa possibilidade é licenciada nos dados em (6) e (8):

- (8) a. esse daqui é tomate pequeninho. (A.C. 2;01)
 b. esse aqui não é olho.

Há, nos dados de A.C, ocorrência dos DPs *esse aqui* e *isso aqui* na posição de argumento interno do verbo *ter* interpretado como existencial e da locução formada com o verbo *tirar* — ver (9)-(10). G. começa a apresentar aos 2;03 os DPs *isso aí*, *isso daqui* e *aquilo ali* como argumento interno do verbo *ser* e das locuções verbais *vou botar* e *vou fazer* — ver (11).

- (9) a. é que tem esse aqui. (A.C. 2;01)
 b. tem isso aqui. (A.C. 2;03)
- (10) vou tilar isso aqui. (A.C. 2;03)
- (11) a. isso aí é uma bo(r)boleta. (G. 2;03)
 b. vou fazer com aquilo ali.
 c. eu vou botar isso daqui.
 d. esse aí é pra segular.

Assim como foi dito para os dados de A.C, os dados de G., logo acima, podem estar indicando que a possibilidade de variação da preposição nos contextos analisados está nas fases iniciais da aquisição. Resta saber, contudo, se a criança “sabe” que em quais contextos “pode” variar a presença/ausência da preposição.³

²Lopes (2016, comunicação pessoal).

³Lopes (2016, comunicação pessoal) argumenta que os dados de variação da preposição *de*, em sua interpretação, devem ser vistos com sentido partitivo, ou seja, a variação na ocorrência da preposição causa

3.3 Terceiro período — até 3;08

Os dados de A.C e G. do terceiro período continuam apresentando tipos sentenciais que trazem os DPs vistos no primeiro e no segundo períodos. Os dados de G. apresentam mais ocorrências de DPs que possibilitam variação na ocorrência de preposições — ver (13):

- (12) a. me dá essa coisa daí. (A.C 3;08)
 b. essa essa rosinha daí.
- (13) a. eu vou abrir isso daqui. (G. 3;08)
 b. com essa daqui e com essas dali.
 c. eu ia colocar isso daqui na minha boneca.

Olhando para os três períodos, nota-se que a variação da preposição *de* não está presente nos dados observados no primeiro período, ao passo que a variação dessa preposição aparece no segundo período, estando novamente ausente no terceiro período, momento em que os dados sempre aparecem com a preposição *de* encabeçando o adjunto do DP. Em paralelo, a gramática adulta mantém o licenciamento da variação na ocorrência da preposição *de* nos tipos observados em (6)-(13), considerando dados como os da nota de rodapé 1 — reescritos como (14). Não há em momento algum no corpus analisado variação da preposição *de* nos adjuntos do DP nos dados em (4)-(5).

- (14) a. Esse (d)aquí eu não gosto.
 b. Esse (d)áí é meu livro.
 c. Aquele (d)ali é meu livro.
 d. Eu não gosto desse (d)aquí.
 e. Meu livro é esse (d)áí.
 f. Meu livro é aquele (d)ali.
 g. Esse (d)aquí (que) eu não gosto.
 h. Esse (d)áí (que) é meu livro.
 i. Aquele (d)ali (que) é meu livro.
 j. Eu não gosto desse (d)aquí.
 k. Meu livro é esse (d)áí.

alteração de sentido na interpretação do DP, o que poderia levantar complicações em torno da natureza da preposição *de* em variação nos dados analisados por este trabalho. Por outro lado, as gramáticas dos autores deste texto atribuem o mesmo sentido aos dados de variação na ocorrência de preposições. Uma verificação mais completa desses dados pode sugerir uma leitura mais adequada do fenômeno, pensando na natureza das derivações desses dados e em possíveis diferenças entre a preposição *de* em variação nos contextos observados.

1. Meu livro é aquele (d)ali.

Os dados apresentados até aqui parecem apontar para dois processos distintos: o não licenciamento da variação da preposição nos dados em (4) estaria ligado à inserção tardia da preposição, na esteira de estudos como os de Avelar (2006), que defende que adjuntos adnominais preposicionados como ‘de paiaço’ em “o teu chapéu [de paiaço]” (A.C. 1;08) e ‘da farmácia’ em “o momi [da fa(r)macia]” (G. 1;08) são concatenados no DP principal via adjunção sem rótulo, ganhando sua preposição de no componente morfofonológico por motivos de Caso. A preposição inserida pós sintaticamente não estaria na derivação, não podendo ter seus traços não pronunciados, como acontece com categorias vazias inseridas na sintaxe. Já dados como (5) seriam fruto de uma arquitetura clausal que abarca categorias paralelas às identificadas no domínio sentencial. Falta agora saber de que maneira são derivadas as construções em (6)-(13) de modo a permitirem a variação na ocorrência de preposições.

4 Discussão

Os contextos que possibilitam a variação na ocorrência de preposições na gramática adulta, mais especificamente da preposição *de* parecem estar presentes desde as fases iniciais da aquisição nas crianças observadas. Inicialmente, esses contextos aparecem em DPs que portam adjuntos adnominais compostos por advérbios de base pronominal como *aqui* e *ali*, para em seguida começar a aparecer nas posições de sujeito de verbos de cópula e de argumento interno de verbos existenciais. Um indício disso é que as crianças observadas não “confundem” estruturas de DPs modificados por adjuntos adnominais, como nos dados em (4), com locuções prepositivas do tipo *dentro de*, como no dado em (5). Isso coloca em questão o pressuposto de que a preposição *de* possa ser inserida pós-sintaticamente em todos os contextos em que aparece encabeçando adjuntos, uma vez que haveria duas possibilidades de inserção da preposição, uma licenciando a variação e outra que não licenciaria essa variação. Como a criança saberia então em qual deles não poderia fazer a variação? E como essa possibilidade seria sinalizada para a morfologia?

Para responder as questões acima, sugere-se que mais dados devem ser analisados, em conjunto à aplicação de testes linguísticos de compreensão que possibilitem observar qual a interpretação que crianças dão para os dados de variação analisados, no intuito de se tentar buscar subsídios para saber se de fato há diferenças que emergem em virtude da variação e de que forma essas diferenças podem indicar a derivação das estruturas com e sem variação de preposições.

Nenhum outro tipo preposicionado foi observado como passível de variação na ocorrência de preposição, tal como *em*, *para*, etc., o que pode ter influência no não aparecimento de casos de NPs adverbiais sem cabeça tais como *(n)a semana passada*, *(n)o mês passado*, etc. (cf.

Rocha (1993)). Talvez um estudo mais apurado ou testes linguísticos de compreensão possam trazer mais evidências em torno dessa observação.

Apesar de os dados encaminharem hipóteses interessantes, não é possível afirmar com certeza se os padrões encontrados para A.C. e G. serão de fato repetidos com um grupo maior de crianças adquirindo o PB. Como já foi dito, um *corpus* mais amplo ou um estudo experimental podem melhor elucidar essa questão.

Littlefield (2004) e Alexaki, Kambanaros & Terzi (2009) argumentam que uma consequência da ideia de que preposições estão divididas pela oposição funcional *vs.* lexical seria dizer que preposições funcionais seriam mais difíceis de serem adquiridas que preposições lexicais. Ao contrário do que preveem os autores, preposições fortemente funcionais como *de* são as que se manifestam primeiro nos dados de aquisição do PB analisados. Todavia, os contextos em que a variação da preposição é licenciada na gramática adulta — ver (14) — surgem primeiramente na gramática infantil como dados em que a preposição *de* “não aparece” para depois haver o “aparecimento” da preposição. Resta saber então por qual motivo a preposição *de* aparece logo depois da consolidação da possibilidade de variação da preposição. Além disso, não é possível determinar de imediato se a preposição *de* está sendo inserida diretamente na derivação ou na morfologia. São necessários mais estudos que verifiquem a situação dessa preposição dentro das derivações analisadas.

Por fim, Schültze (2001) argumenta, para dados do inglês, que há contextos em que não haveria nenhuma possibilidade de um DP receber/checar/valorar Caso dentro das “condições normais” da derivação (*Spec-Head*, *Probe-Goal*, por exemplo), tais como em DPs coordenados, em respostas para perguntas, em pronomes modificados, etc. Em virtude disso, o autor propõe a existência de contextos em que a morfologia marca esse DP com Caso default. Apesar de Schültze (2001) não fazer previsões em torno de DPs adjuntos, este trabalho defende inicialmente que a possibilidade de variação na ocorrência de preposições pode estar atrelada de alguma maneira à possibilidade de marcação de Caso *default* dentro dos DPs em que há a variação, tal como em (11a) e (11b) - reescritos em (15), principalmente nos contextos tais como *isso aí de cima da mesa*. Contudo, essa hipótese precisa ser testada no sentido de se saber se é adequada em termos derivacionais e na leitura dos elementos no componente morfofonológico, pensando na atribuição de Caso, por exemplo. Espera-se que essa hipótese possa explicar por qual motivo alguns adjuntos não podem sofrer variação na ocorrência de preposição, como *o teu chapéu de paião* ou *moni da fa(r)mácia* (A.C. 1;08).

- (15) a. isso **aí** (marcado com default) é uma bo(r)boleta. (G. 2;03)
 b. vou fazer com aquilo **ali** (marcado com default)

5 Considerações finais

Este trabalho fez uma breve análise da variação na ocorrência de preposições no PB. Os casos de variação encontrados se limitam a contextos em que a preposição de pode aparecer ou não encabeçando elementos como *ali* e *aqui*. Foram encontrados indícios iniciais de que os contextos que licenciam a ocorrência dessa variação na gramática adulta estão presentes nos processos iniciais de aquisição desta língua. Contudo, é necessário ampliar o *corpus* e realizar testes linguísticos para verificar se essa afirmação é passível de ser sustentada, além de se averiguar se há de fato períodos distintos na aquisição do PB que possam explicar melhor os processos de variação de preposições no PB. Também deve-se buscar uma análise adequada para explicar de modo mais refinado a variação analisada.

Referências

- AVELAR, J. O. *Adjuntos Adnominais Preposicionados no Português Brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 2006.
- ALEXAKI, C., KAMBANAROS, M., TERZI, A. On the Acquisition of Prepositions. *Selected Papers from the 18th International Symposium on Theoretical and Applied Linguistics*. Thessaloniki: Monochromia Publishing, 2009, p. 49-58.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. MIT Press: Oxford University Press, 1995.
- EMMONDS, J. The Invisible Category Principle. *Linguistic Inquiry*, v. 18, n. 4, 1987, p. 313-32.
- KATO, M. Optional prepositions in Brazilian Portuguese. In: ARREGI, K. et al (Eds.). *Romance Linguistics. Interactions in Romance*. Amsterdam: John Benjamins, 2008.
- KATO, M. Caso inerente, Caso default e ausência de preposições. In: SEDRINS, A. D et al (Orgs.). *Por amor à linguística*. Maceió: Editora da UFAL, 2012.
- LARSON, R. Bare NP Adverbs. *Linguistic Inquiry*, v. 16, n. 4, 1985, p. 590-595
- LITTLEFIELD, H. *Developmental Patterns in the Acquisition of Prepositions and Homophonous Adverbs and Particles*. Unpublished manuscript. Boston University, 2004.
- LITTLEFIELD, H. *Syntax and Acquisition in the Prepositional Domain: Evidence from English for Fine-Grained Syntactic Categories*. Tese de Doutorado, Boston University, 2006.
- MORENO, B. *Tough Constructions e Posição de Sujeito no Português Brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 2014.
- ROCHA, M. Adjuntos sem cabeça no português do Brasil. In: CASTILHO, A. & BASÍLIO, M. (Orgs.). *Gramática do português falado*. Vol IV. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- SCHÜLTZE, C. On the nature of default case. *Syntax*, v. 4, n. 3. 2001, p. 205-238.

Squib recebido em 1 de outubro de 2016.

Squib aceito em 2 de novembro de 2016.

An analysis of the progressive with stative verbs in Brazilian Portuguese*

Marco Tulio Bittencourt[†]

Rozana Naves[‡]

Marcus Lunguinho[§]

Abstract

In this squib, we investigate the occurrence of the progressive with stative verbs in Brazilian Portuguese, as in *João está sabendo geografia* (“João is knowing geography”) and *Maria está vivendo com Pedro* (“Maria is living with Pedro”). We adopt the proposal developed by Cunha (1998, 2004) for European Portuguese, who argues that stative predicates are distinguished by the semantic feature [\pm PHASE], being the progressive used only with [+PHASE] statives. Based on data from Brazilian Portuguese, we develop the hypothesis that the progressive with [+PHASE] statives marks a frontier or a transition of phases of a given state that distinguishes the previous phase of this state from the phase in progress. We adopt Parsons’s (1990) proposal, which deals with the notion of subatomic events in English, in order to formalize the semantic notion of phaseability, originally proposed by Cunha (1998, 2004).

Keywords: stative predicates, progressive, phaseability, subatomic events

Resumo

Neste *squib*, nós investigamos a ocorrência do progressivo com predicados estativos no português do Brasil, tal como exemplificado em *João está sabendo geografia* e em *Maria está vivendo com Pedro*. Segundo Cunha (1998, 2004), em proposta desenvolvida para o português europeu, predicados desse tipo se distinguem pelo traço semântico [\pm FASEÁVEL], sendo o progressivo empregado somente com os estativos faseáveis. Analisando os dados

*This squib presents the outcomes from Bittencourt’s (2015) M.A. thesis.

[†]Texas A&M International University, *e-mail*: marcobraus@yahoo.com.

[‡]Universidade de Brasília, UnB, *e-mail*: rnaves@unb.br.

[§]Universidade de Brasília, UnB, *e-mail*: marcusvsl@unb.br.

do português do Brasil, desenvolvemos a hipótese de que o progressivo, quando combinado com os estativos faseáveis, marca a fronteira ou a transição de fases de um dado estado, o que distingue, com relação ao estado denotado, uma fase anterior de uma fase em curso. Para captar a noção semântica de faseabilidade proposta por Cunha (1998, 2004) em termos formais, recorreremos à proposta de Parsons (1990) para o inglês, que lida com a noção de eventos subatômicos.

Palavras-chave: predicados estativos, progressivo, faseabilidade, eventos subatômicos

1 Introduction

The main aim of this squib is to develop a formal analysis of stative predicates in Brazilian Portuguese (henceforth BP). The important fact about these predicates in BP is that they allow progressive constructions — in contrast to what is found in the literature about statives in general. The analysis is based on the semantic property of phaseability — given by a [+PHASE] feature, as postulated by Cunha (1998, 2004) for stative verbs in European Portuguese —, combined with the notion of subatomic events, as proposed by Parsons (1990). Our proposal to the use of the progressive with stative predicates in BP, however, presents a distinct treatment for the use of the progressive with [+PHASE] stative predicates.¹ Our claim is that a state is still a state, not an activity, as proposed by Cunha (1998, 2004), when combined with the progressive. This hypothesis draws upon Parsons' (1990) semantic proposal of subatomic events.

This squib is divided into four sections. Section 1 provides empirical support to the idea that stative verbs show an internal aspectual structure composed of intervals of time — related to the [+PHASE] feature —, which, by hypothesis, allows the use of the progressive in BP. Section 2 presents the semantic proposal developed by Parsons (1990) for the analysis of stative verbs and the progressive in English. Section 3 presents our proposal regarding the use of the progressive with phaseable stative predicates in BP. Section 4 concludes the squib and presents some issues for future research.

¹The term 'phase' is understood in semantic terms, as proposed by Moens (1987): the Vendlerian aspectual classes (states, activities, accomplishments and achievements) are internally organized in terms of phases within an aspectual network in which transitions can occur from one class to the other. Cunha (1998, 2004) adopts Moens' aspectual network to derive all eventive and stative classes for European Portuguese and claims that some statives combine with the progressive in European Portuguese because they have an inherent and compositional semantic feature described as [+PHASE], that is responsible for encoding internal and distinct intervals of time in respect to eventualities, allowing the transition from a stative input into a process output.

2 Empirical facts about the use of the progressive in BP

Bittencourt (2015) shows that the class of stative verbs in Brazilian Portuguese presents different behavior with the progressive. In the sentences in (1), the stative verb *viver* ‘to live’ can combine with the progressive. The interpretation associated with the progressive sentence in (1a) is that, previously, Maria lived alone or with someone else. In (1b), with the present, nothing can be said about the previous state of Maria (if she had always lived with João or if she is currently living with him):²

- (1) a. A Maria está vivendo com o João.
The Maria be-PRES.3.SG live-GER with the João
‘Maria is living with João.’
- b. A Maria vive com o João.
The Maria live-PRES.3.SG with the João
‘Maria lives with João.’

Contrastively, in (2), the stative predicate *ser redonda* ‘be round’ — an individual-level predicate (i.e., a predicate that denotes a permanent property) — is ungrammatical in the progressive:

- (2) a. A mesa é redonda.
The table be-PRES.3.SG round
‘The table is round.’
- b. *A mesa está sendo redonda.
The table be-PRES.3.SG be-GER round
‘The table is round (lit. the table is being round).’

These facts show that stative predicates are divided into two subclasses that behave differently with respect to the possibility of denoting internal intervals of time by which we can interpret the phases of a given state. Statives like *viver* ‘to live’ denote internal intervals of time, allowing the interpretation of a transition of phases, and due to this property they can license progressive sentences. On the other hand, stative predicates like *ser redonda* ‘to be round’ do not have this property, disallowing the use of progressive.

We also observe distinct behavior within the class of individual-level predicates. For example, even though (3a) is interpreted as an intrinsic property of the subject, it may be rewritten with the progressive, as in (3b). In this case, the interpretation is the same as in (1a). In other words, the simple present denotes the state *per se*, whereas the progressive establishes a frontier between a previous phase of the state *ser esperto* ‘to be clever’ and a

²Gloss: PRES = present; 3 = third person; SG = singular; GER = gerund.

phase in progress. In the previous phase, the boy didn't exhibit cleverness, contrary to the phase in progress in which this cleverness is present within a particular temporal frame and can be verified in several ways (for example in his attitudes):

- (3) a. *Esse menino é esperto.*
This boy be-PRES.3.SG clever
'This boy is clever.'
- b. *Esse menino está sendo esperto.*
This boy be-PRES.3.SG be-GER clever
'This boy is being clever.'

This contrast demonstrates that the use of the progressive with stative verbs is related to the possibility of a state being interpreted as a phase, marking the transition between two phases of this state.³

The interpretation of a state as phaseable depends, in part, on lexical selection. As demonstrated in (2) and (3), the semantic properties of the adjectives distinguish not only states as phaseable or non-phaseable, but also the morphosyntactic organization of the sentence. For example, sentences (4) and (5) can be distinguished by the configuration of the internal argument: in (4), the state *ouvir a palestra* 'to listen to the talk' has a DP *a palestra* 'the talk' as the internal argument, whereas in (5) the state *ouvir Mozart* 'to listen to Mozart' has a bare DP *Mozart* as the internal argument. In consequence, we get distinct entailments with the use of the progressive or the simple present, as demonstrated by the contrast between (4a)-(5a) and (4b)-(5b) below.⁴

- (4) a. *O aluno está ouvindo a palestra.*
The student be-PRES.3.SG listen to-GER the talk
'The student is listening to the talk.'
- b. *O aluno ouve a palestra.*
The student listen to-PRES.3.SG the talk
'The student listens to the talk.'

In the examples above, (4a) does not entail that 'the student listens to the talk'; and (4b) does not entail that 'the student is listening to the talk'.

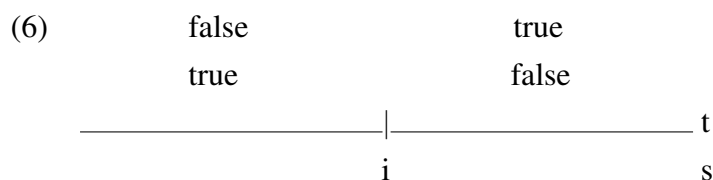
³We understand that the semantic properties of the adjective, in data like (2) and (3), entail a compositional treatment of the syntax of the use of the progressive with stative predicates. This, however, is a research topic which we will leave for future research.

⁴The entailment relations in (4) and (5) generate different results because phaseability is also determined compositionally; thus, all elements of the sentence interact to allow the interpretation of the progressive as a delimiter of two phases within a given state. The syntactic derivational process of how this occurs is not specified here, and it is object of future investigation.

- (5) a. O aluno está ouvindo Mozart.
The student be-PRES.3.SG listen to-GER Mozart
'The student is listening to Mozart.'
- b. O aluno ouve Mozart.
The student listen to-PRES.3.SG Mozart
'The student listens to Mozart.'

In the examples above, (5a) entails that 'the student listens to Mozart'; and (4b) entails that 'the student is listening to Mozart'.

We, therefore, conclude that the progressive occurs, in BP, with phaseable stative verbs, being ungrammatical with non-phaseable statives. The notion of phaseability is taken from Cunha's (1998, 2004) work on stative verbs in European Portuguese, who defines phaseable statives as verbs that can be interpreted as eventualities divided internally in distinct intervals of time. This property allows them to behave like activities. Thusly, we propose that the occurrence of the progressive construction with stative verbs delimits a frontier between a previous phase and a phase in progress with respect to the state denoted by the verb. Additionally, we also conclude that other lexical and morphosyntactic factors in the structure of the sentence may contribute towards phaseability interpretation. Our hypothesis is that, when the progressive occurs, the interpretation is the transition between two phases of a state, which is schematically represented as follows:



The diagram in (6) shows that a state *s*, despite being homogeneous in all intervals of time *t*, may be true or false until a certain instant *i*. A transition of phase, then, occurs, the state becoming false or true from that instant on. For instance, for (7a), the state *viver com João* 'to live with João' is false until instant *i*, when it becomes true. On the other hand, in (7b), the state is true before *i* and becomes false after *i*:

- (7) a. Maria está vivendo com o João (ela não vivia com ele antes)
'Maria is living with João (she did not live with him before)'
- b. Maria não está mais vivendo com o João (ela vivia com ele antes)
'Maria is no longer living with João (she lived with him before)'

Departing from the idea that the preceding and in progress phases of a given phaseable stative predicate constitute subparts of the same state, we explore, in the next section, Parsons' (1990) semantic proposal of subatomic events for the analysis of English data.

3 Subatomic events: a semantic proposal (Parsons, 1990)

Parsons (1990) investigates the hypothesis that the semantics of simple sentences in English demands logical forms that are more complex than what has been normally assumed in the description of natural languages. The author argues that a sentence like (8) is interpreted as in (8a), which has the logical form in (8b):⁵

- (8) Caesar died.
- a. For some event *e*,
e is a dying, *and*
the object of *e* is Caesar, *and e* culminates before now.
- b. $(\exists e)$ [Dying (*e*) & Object (*e*, Caesar) & Culminate (*e*, before now)]
- | | | | |
|--------------|---|---------|-------|
| ↑ | ↑ | ↑ | ↑ |
| default verb | | subject | tense |

(PARSONS, 1990, p. 6)

The complexity of this logical form is that it is dominated by existential quantification of events, which is not explicitly encoded in the structure of the sentence. Consequently, Parsons (1990) calls it “underlying” quantification (identified in (8b) as default) of events (and states) and considers this quantification omnipresent in natural languages. The other three elements, subject, verb, and tense, form separate sets that restrict the event of Caesar becoming dead.

Parsons (1990) considers that, logically, the formulas are divided in two types: atomic, from which all other forms are generated; and non-atomic, which are generated from the atomic ones, by means of universal quantification (\forall) or existential quantification (\exists), or by means of combination with connectives or addition of operators. The atomic formulas are traditionally associated with sentences of the type ‘*x* is tall’ or ‘*x* stabbed *y*.’ The literature about this theme is filled with discussion about how these formulas combine with other elements, such as quantifiers (*every*), operators (*necessarily*), connectives (*and*, *or*, *no*), and embedded clauses with the complementizer *that* to generate sentences. Parsons intends to develop a semantic theory which examines if the sentences are true or false under certain circumstances, describing the relations between the words of a language and things of the world, departing from the assumption that underlying events exist. For instance, the author points in this direction by examining the logic of modifiers, illustrated in sentences such as (9a-d):

- (9) a. Brutus stabbed Caesar in the back with a knife.
b. Brutus stabbed Caesar in the back.

⁵Here and throughout the paper, ‘ \exists ’: existential quantifier; ‘*t*’: time; ‘<’: anterior; ‘=’: concomitant; ‘&’: logical conjunction; ‘*s*’: state; ‘*e*’: event; ‘*i*’: instant.

- c. Brutus stabbed Caesar with a knife.
- d. Brutus stabbed Caesar.

[PARSONS, 1990, p. 13]

These sentences show that a semantic theory needs to explain why sentence (9a) entails the conjunction of (9b) and (9c), but not the opposite, and why both (9b) and (9c) alone entail (9d). The author's proposal is that the explanation is due to the concept of subatomic events.

In the following subsections, we briefly present Parson's proposal (1990), taking into consideration, primarily, states and, then, the progressive.

3.1 The ontology of events and the representation of stative verbs in logical forms

Parsons (1990) assumes that there are, in the world, events (which are divided into accomplishments and achievements), processes and states. For a small set of linguistic phenomena, this distinction is crucial — specifically the distinction between events and states.

The two technical notions that the author posits to distinguish events from states are, respectively, culmination and holding. Parsons utilizes the notation 'Cul (e,t)' to make reference to an event *e* which culminates on a time *t*, and the notation 'Hold (e,t)' to make reference to a state *s* which holds at time *t*. Therefore, the logical form of a stative sentence like (10), interpreted as in (10a), is the one represented in (10b).

(10) Mary knows Fred.

- a. There is a knowing that
has Mary as its subject, and
has Fred as its object, and holds now.
- b. $(\exists e)$ [Knowing (e) & Subject (e, Mary) & Object (e, Fred) & Hold (e, now)]

(PARSONS, 1990, p. 25)

Therefore, the difference between sentences (8) and (10) is captured by the eventuality investigation at the subatomic level. As such, the eventuality in (8) culminates and the eventuality in (10) holds. Stative verbs possess the property to hold but never culminate.

According to Parsons (1990), there may be events in which a culmination does not occur. He exemplifies this with the following situation: if Maria starts to build a cabinet but does not finish building it, then, there is an event which is to build, which never culminates, having Mary as subject and the cabinet as an unfinished object. This view, according to the author, is important for the analysis of the progressive, as we will see in the next subsection.

3.2 The progressive in English

According to Parsons (1990), for a relatively complete analysis of the most simple sentences in English, the system of subatomic events must be combined with in a theory of tense (present, past and future), aspect (which includes the progressive) and temporal modifiers (adverbial expressions of temporal value, such as at midnight, yesterday, etc). In this approach, it is presupposed that ordinary formulas of predicate logic must be attributed truth-values relative to moments of time, in such way that a formula without any operator of tense is evaluated relatively to the present. For example, the representation ‘Intelligent (Mary)’ expresses ‘Mary is intelligent’. In the case the sentence is in the past or in the future tense, it must be preceded by the PAST or FUT operators, respectively.

One of the objectives of Parsons’ (1990) proposal is to formulate an adequate description of the semantics of the progressive in English, in other words, a contrastive semantics between ‘Agatha is making a cake’ and ‘Agatha makes a cake’. The author’s proposal is that, for eventive sentences, the non-progressive form of the verb demands that the underlying event culminates, while the progressive form demands that the underlying event holds. In other words, semantically, to use an eventive verb in the progressive form implies that the verb is treated as a state. Consequently, the truth-value of the sentence requires that the event holds and not culminates. Thus, a sentence with a non-progressive verb, as in (11a), has its logical form as in (11b) — with ‘Cul’ —, but a sentence with a progressive verb, like (12a), has its logical form as in (12b) — with ‘Hold’.

- (11) a. Agatha crossed the street.
b. $(\exists t) [t < \text{now} \ \& \ (\exists e) [\text{crossing} (e) \ \& \ \text{Subject} (e, \text{Agatha}) \ \& \ \text{Object} (e, \text{the street}) \ \& \ \text{Cul} (e, t)]]$
- (12) a. Agatha was crossing the street.
b. $(\exists t) [t < \text{now} \ \& \ (\exists e) [\text{crossing} (e) \ \& \ \text{Subject} (e, \text{Agatha}) \ \& \ \text{Object} (e, \text{the street}) \ \& \ \text{Hold} (e, t)]]$

Parsons (1990) assumes that an event like *cross* is true for all of the instants of *crossing*, regardless of the event’s culmination. Thus, if John crosses the street and gets to the other side, then he will be the subject of an “event of crossing” which culminates. However, if he arrives only halfway and is hit by a truck, he is the subject of an “event of crossing” which did not culminate. Therefore, according to the author, it is plausible to think that, for each event in progress, there is an associated state — the ‘in-progress’ state of an event, which lasts throughout the duration of the event.

This subatomic event analysis conjugates the adequate logical relations, has a plausible intuitive motivation, and rests on a robust semantic approach capable of explaining a great

variety of linguistic phenomena. In light of this discussion, we will seek to apply this proposal to the use of the progressive with phase stative verbs in Brazilian Portuguese.

4 Analysis of the use of the progressive with phase stative predicates in BP

In this section, we develop our analysis of the progressive with phase stative predicates in Brazilian Portuguese, based on the proposal of subatomic events (Parsons, 1990). We fundamentally consider Parsons' observation that the use of the progressive with eventive verbs has the effect of semantically changing an event into a state, focusing on a stative portion of this event, in a certain interval of time before its culmination (assuming that the culmination does not happen).

Based on this observation and on the fact that only phase stative verbs admit the progressive and, in this case, the progressive expresses the transition between two phases of a given state, we propose that the progressive, when used with phase stative verbs, focuses on the moment in which this transition of phases occurs.

In this sense, the notion of phaseability, stated by Cunha (2004) as the relevant property to distinguish stative verbs that do or do not admit the use of the progressive, can be formalized semantically by means of the notion of subatomic events. This is appropriately represented by the presumption that the truth-value of the state denoted by the predicate is distinct from that which is presented by the progressive. Hence, for a sentence as (13a), there is the presumption that the state *saber a matéria da prova* 'to know the subject of the exam' was false prior to an instant *i* until the point in which it became true. This can be stated by the formula in (13b), in which the first part denotes the inexistence of a state at a previous time (instant *t*) and the second part denotes that the state begins to exist (instant *t'*).

- (13) a. João está sabendo a matéria da prova.
 John be-PRES.3.SG know-GER the subject of.the exam
 'John is knowing the subject of the exam.'
- b. $(\exists t) [t < \text{now} \ \& \ (\nexists s) [\text{know} (s) \ \& \ \text{Subject} (s, \text{John}) \ \& \ \text{Object} (s, \text{the subject of the exam}) \ \& \ \text{Hold} (s, t)]] \ \& \ (\exists t') [t' = \text{now} \ \& \ (\exists s) [\text{know} (s) \ \& \ \text{Subject} (s, \text{John}) \ \& \ \text{Object} (s, \text{the subject of the exam}) \ \& \ \text{Hold} (s, t')]]$

We consider that this analysis is valid for stative verbs whose interpretation is that of a transition between two phases of a given state.

5 Conclusion

In this squib, we proposed an analysis of the use of the progressive with phase stative predicates in Brazilian Portuguese, within the context of formal approaches to the theory of grammar. We

used formal notation, based on the proposal of subatomic events by Parsons (1990), for the semantic property of phaseability, as defined by Cunha (1998, 2004).

As we have presented, Cunha (1998, 2004) posits, for European Portuguese, that the class of stative verbs is subdivided in [+PHASE] and [-PHASE] statives. We adopt this aspect of Cunha's analysis, but not his understanding that a phaseable stative verb is temporarily changed into a process. Our understanding is that a state is still a state when combined with the progressive (Parsons, 1990; Gonçalves, 2004). Instead, we defend the hypothesis that the progressive functions as a frontier or transition of phases of a given state, distinguishing a new phase in relation to a previous one.

Our hypothesis was built upon the interpretation of entailment relations between the progressive and the simple present for different kind of stative verbs (specifically the contrast with individual-level predicates). The tests suggested that phase stative predicates do not constitute a homogeneous class. Additionally, Parsons's (1990) proposal of subatomic events allowed us to analyze the semantic property of phaseability in formal terms.

The relation between stative verbs and the progressive is a complex problem that will continue to attract researchers. This work intends to contribute to a new look on phaseable stative predicates, which appear as a heterogeneous class in terms of the semantic interpretation of the progressive. The syntactic properties derived from this fact must receive a compositional analysis, thus increasing interest for future research.

References

- BITTENCOURT, M. T. O. *A perífrase progressiva: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o inglês*. Master's Thesis. University of Brasília: Brasília, Brasil, 2015.
- CUNHA, L. F. A. S. L. *As construções com progressivo no português: uma abordagem semântica*. Master's Thesis. University of Porto: Porto, Portugal, 1998.
- CUNHA, L. F. A. S. L. *Semântica das predicções estativas para uma caracterização aspectual dos estados*. Doctoral Thesis. University of Porto: Porto, Portugal, 2004.
- GONÇALVES, C. C. C. *Estar -ndo as a generic*. *Revista Letras*, n. 63, may/aug. 2004. p. 139-153.
- PARSONS, T. *Events in the semantics of English: a study in subatomic semantics*. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

Squib received on July 31, 2016.

Squib accepted on November 2, 2016.

Por que não existem pequenas orações em posição de adjunto?*

Lucia Lobato

Universidade de Brasília

0 Introdução

Na tipologia considerada por Stowell (1987), existem dois tipos de pequenas orações: (i) pequenas orações complemento (como em “Considero [João competente]”) e (ii) pequenas orações adjunto, (como em “Comi a carne [PRO crua]”). Levando em conta a recente análise de Kato (1989), diríamos que a esses dois tipos acrescem-se ainda (iii) as pequenas orações absolutivas (como em “Lindo o seu vestido”).

O objetivo desta comunicação será examinar estritamente as pequenas orações adjunto e mostrar que nessas orações o adjetivo não constitui uma pequena oração. Mais especificamente, procurarei mostrar que nessas construções o adjetivo é gerado em adjunção na base, sem que constitua uma pequena oração. A argumentação vai se limitar às construções em que o adjunto é um adjetivo, para facilitar a exposição, mas estende-se igualmente às ocorrências de outros constituintes sintagmáticos na posição de adjunto.

Na verdade, é banal considerar-se que os adjetivos são modificadores do nome e funcionam como adjuntos. Assim, um adjetivo pós-nominal como o adjetivo *verde*, em “Eu comprei um vestido verde”, ou um adjetivo pré-nominal como o adjetivo *linda*, em “Ela é uma linda menina”, são corriqueiramente analisados como adjuntos modificadores do substantivo. Para o inglês, dá-se o mesmo para os adjetivos pré-nominais, como *green* em “I bought a green dress”, que têm sido analisados como adjuntos, e somente adjuntos. No entanto, em exemplos como (1) e (2), os adjetivos *zangado* e *crua* do português, e os adjetivos *angry* e *raw* do inglês têm sido analisados, pelos proponentes da estrutura de pequena oração, como predicados dentro de uma pequena oração adjunto, com PRO como seu sujeito:

*Nota das editoras: Este trabalho foi originalmente apresentado por Lobato na V Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Linguística (Anpoll), em julho de 1990, em Recife.

- (1) a. João deixou o quarto [PRO zangado].
b. João comeu a carne [PRO crua].
- (2) a. John left the room [PRO angry].
b. John ate the meat [PRO raw].

Dada a ocorrência de adjetivos adjuntos em posição pós-nominal em português, haveria ambiguidade entre a estrutura com pequena oração e a estrutura com o adjetivo em adjunção mas sem estrutura de pequena oração, para sequências com adjetivo pós-nominal. Isso quer dizer que em “Eu comi a carne crua” na verdade haveria duas leituras possíveis. Uma delas corresponderia à sequência “I ate the meat raw” do inglês, e a outra à sequência “I ate the raw meat”.

Na análise que proporei, todas essas ocorrências de adjetivos, sejam pré- ou pós-nominais, serão consideradas adjuntos, sem que criem um domínio de predicação sujeito-predicado. Mais claramente, estou considerando que não há estruturas de pequena oração para adjetivos pós-nominais, e que em todas as suas ocorrências esses adjetivos se projetam simplesmente em uma SA sem sujeito vazio, em adjunção a uma dada projeção máxima.

A argumentação se estruturará como a seguir. Na seção 1, mostrarei que é possível explicar a ocorrência dos adjetivos pós-nominais do inglês e do português estritamente em termos de estruturas de adjunção, sem apelo a uma estrutura de pequena oração, desde que se aceite a hipótese do Sintagma Determinante (SD). Na seção 2, argumentarei que as estruturas de adjunção expressando predicação são independentemente exigidas. Na seção 3, indicarei as várias desvantagens da análise desses adjetivos em termos de pequena oração. Finalmente, na seção 4 apresentarei evidências empíricas a favor de uma estrutura de adjunção para análise desses adjetivos.

1 Estrutura de adjunção de SA

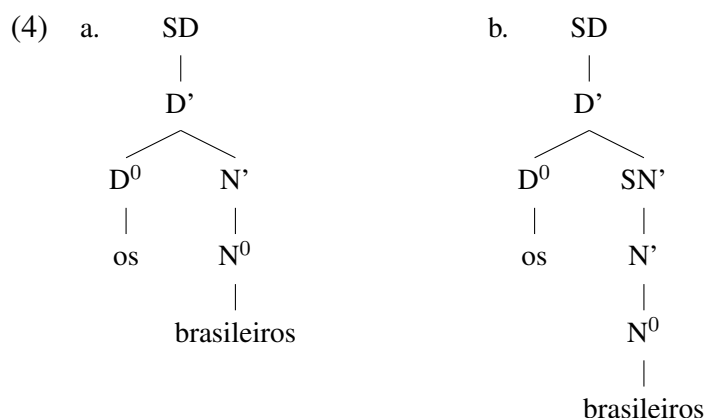
Nesta seção, mostrarei que é possível explicar (1)-(2) por meio de estruturas básicas de adjunção, sem ocorrência de pequena oração. Isso será feito por meio da análise dos exemplos em (3), que também contêm adjetivos pós-nominais, do mesmo modo que as estruturas tratadas como pequenas orações adjunto:

- (3) a. Os brasileiros industriais vencerão a crise.
b. Os brasileiros, industriais, vencerão a crise.

O exemplo (3a) tem uma interpretação restritiva: significa que somente os brasileiros industriais vencerão a crise. O exemplo (3b) tem uma interpretação não-restritiva: significa que todos os brasileiros são industriais e que todos eles vencerão a crise. Essa diferença é

diretamente relacionada com o escopo do adjetivo e do artigo, e pode ser automaticamente explicada se se aceita a hipótese do SD (=sintagma determinante). Essa hipótese consiste em se considerar que os determinantes também têm sua projeção própria, do mesmo modo que os nomes. Isso significa que em *os brasileiros* tem-se um SD, e não somente um SN.

Há mais de uma versão da hipótese do SD. Numa delas, adotada por exemplo por Fukui (1986), só as categorias funcionais têm uma projeção máxima. Isso quer dizer que, em *os brasileiros*, *brasileiros* não é um SN. A estrutura dessa sequência seria como em (4a). Numa outra versão, adotada por Abney (1986) e Stowell (1987), tanto as categorias lexicais quanto as funcionais têm projeções máximas, de modo que a estrutura dessa sequência seria como em (4b):



Existem argumentos, de nível teórico e empírico, a favor de (4b). O argumento teórico liga-se ao princípio da Endocentricidade, que integra a teoria X-barras. É claro que quem adota aquela primeira versão terá problemas com esse princípio. Como é sabido, esse princípio tem o fim de assegurar que, para cada sintagma, esse sintagma e o seu núcleo compartilham a mesma categoria, de modo a evitar, por exemplo, que se gere um SV com um núcleo N como núcleo. O problema com (4a) é que tem dois núcleos para um só sintagma. Portanto, considerando-se que não se teria interesse em se suprimir esse princípio da teoria, os adeptos dessa versão da hipótese do SD teriam de arcar com o ônus de modificá-lo, e, evidentemente, de modo não-arbitrário. É claro que, com a versão em (4b) da hipótese do SD, esse problema não existe, e pode-se manter a generalidade do princípio da Endocentricidade. Quanto ao argumento empírico a favor da postulação de (4b), será apontado na seção 4. Vou portanto adotar a versão da hipótese do SD em que um SN ocupa a posição de complemento funcional de D⁰.

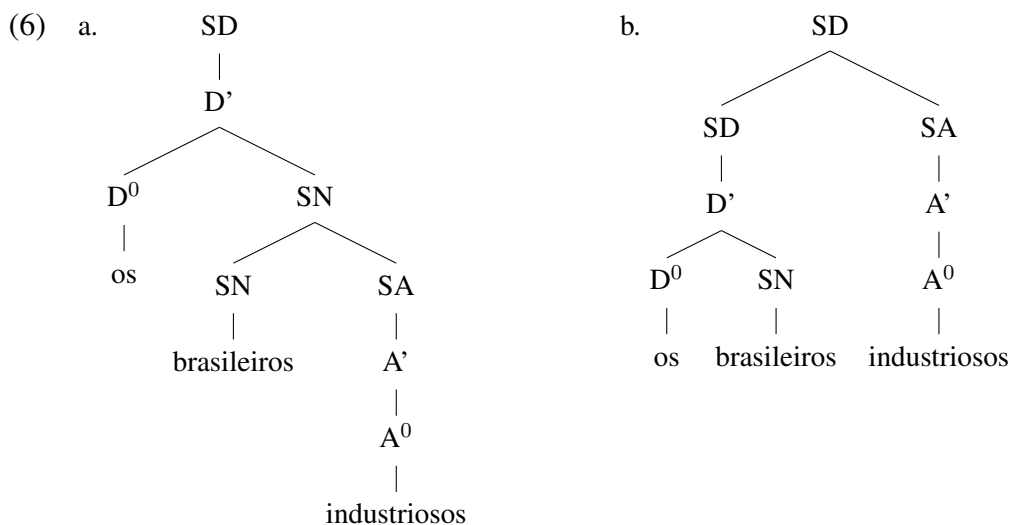
Voltemos agora aos exemplos (3). Em (3b), todo o SD *os brasileiros* está dentro do escopo de *industriosos*, de modo que a propriedade de serem *industriosos* se refere ao conjunto total de brasileiros. Em (3a), somente o SN *brasileiros* está dentro do escopo de *industriosos*, de modo que essa propriedade restringe o conjunto total de brasileiros ao subconjunto que tem

também a propriedade de serem industriosos. Por sua vez, o SN *brasileiros industriosos* está dentro do escopo do artigo *os*, e então todo o SD denota o subconjunto total de brasileiros que são industriosos.

Aceitando que os adjetivos em (3) são adjuntos, e aceitando-se que a distinção entre adjunto/complemento é expressa estruturalmente e que os adjuntos ocorrem em estruturas de adjunção, esses adjetivos têm de estar em posição de adjunção. Pressupondo, com Chomsky (1986), que as projeções máximas só podem ocorrer em adjunção a projeções máximas, (5a,b) são as únicas estruturas de adjunção possíveis para uma projeção máxima, em termos da teoria X-barra. Pressupondo que todo complemento é uma projeção máxima c-comandada pelo núcleo X^0 que ele complementa e imediatamente dominado pela projeção X' de X^0 , (5c,d) serão as únicas estruturas possíveis em termos da teoria X-barra. Como é sabido, considerações sobre Caso limitam a escolha em (5c,d), e cada língua escolherá ou (5c) ou (5d). O inglês e o português escolhem (5c).



Pressupondo que os SAs em (3) estão em posição de adjunção, e considerando que o SA tem de estar dentro do escopo de *os* em (3a) e fora desse escopo em (3b), as sequências em (3a,b) receberão as seguintes estruturas, respectivamente:



Em ambas essas estruturas, o SA está numa posição de adjunção — em adjunção ao SN em (6a), e em adjunção a todo o SD em (6b) —, e a predicação é captada, mas não em termos da relação sujeito-predicado, como se quer na análise sob a forma de pequena oração.

Em resumo, há uma maneira automática de se explicarem os exemplos em (3) numa perspectiva de adjunção, se se aceita a hipótese do SD. Logo, não há necessidade de uma análise em termos de pequena oração para esses exemplos.

Observe-se que a distinção entre uma leitura restritiva e uma não-restritiva em (3) é a mesma distinção entre uma leitura restritiva e outra não restritiva para as orações relativas, e que essa última distinção pode também ser automaticamente explicada em termos de adjunção a SN (para as orações relativas restritivas [os [SN [SN livros] [SC que eu escrevi]]) e adjunção a um SD (para uma oração não-restritiva: [SD [SD os livros] [SC que eu escrevi]), quando se refere a um SD (Cf. §4.4 para maiores detalhes). Mas não há uma relação necessária entre interpretação restritiva e SN, e interpretação não-restritiva e SD. A relação ocorre mais precisamente entre interpretação restritiva e projeção máxima no interior de outra projeção máxima de um lado, e interpretação não-restritiva e maior projeção máxima de outro. Isso fica claro em exemplos em que só se tem um SN, como pronomes e os nomes próprios usados sem artigo: nesse caso é evidente que só se pode ter adjunção ao SN, não havendo possibilidade de se ter outro nível de adjunção, e o resultado é sempre uma leitura não-restritiva.

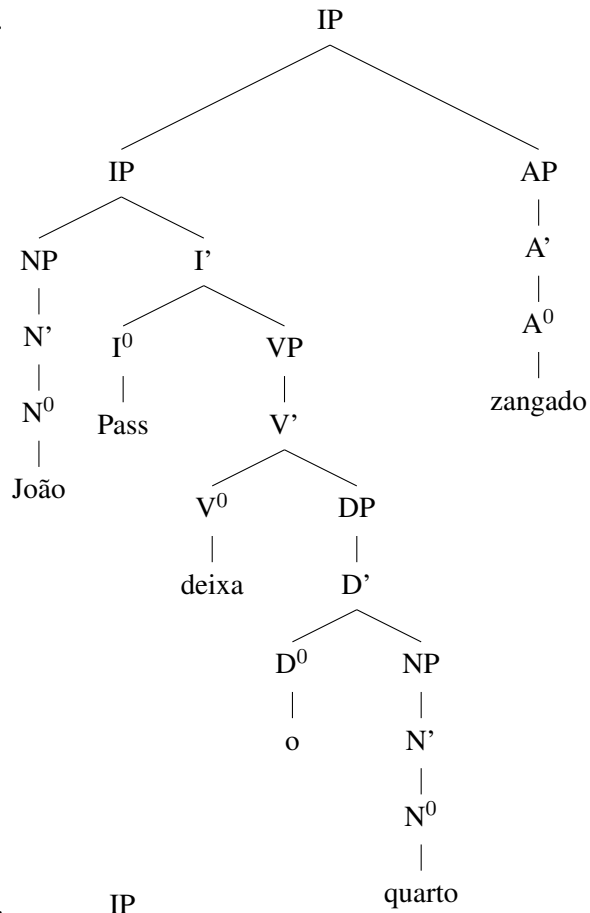
- (7) a. Nós, que fizemos isso, assumiremos nossa responsabilidade.
 b. *Nós que fizemos isso assumiremos nossa responsabilidade.
- (8) a. João, que eu adoro, me deu essa rosa de presente.
 b. *João que eu adoro me deu essa rosa de presente.

Desde que se passe a ter o SD, a interpretação restritiva passa a ser possível:

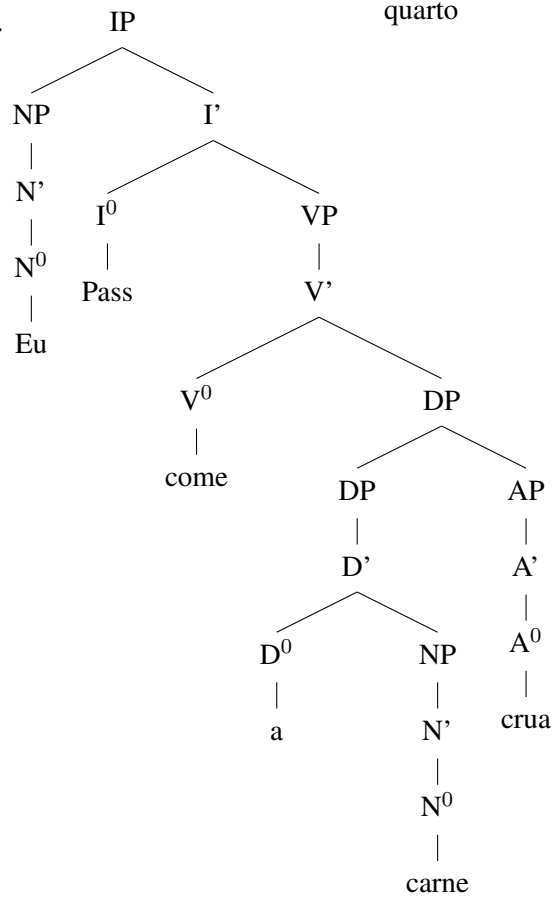
- (9) O João que eu admiro não é esse.

Estamos agora então em condições de atribuir uma estrutura a (1)-(2). Consideremos (1). Em (1a), *zangado* se relaciona com *João*. Logo, tem de estar em adjunção a todo o SF, de modo que reja o Espec do SF (para fins de atribuição de papel- θ). Em (1b), *crua* se relaciona com todo o SD. Logo, tem de estar em adjunção a todo o SD.

(10) a.



b.



2 Necessidade de estrutura de adjunção para expressar predicação

Existem evidências de que é necessário que uma proposição seja, pelo menos em certos casos, expressa por meio de uma estrutura de adjunção. Isso acontece, por exemplo, com *considerar* (que é um verbo que seleciona uma proposição) quando ocorre com dois SDs reversíveis como seu complemento, como em (11):

(11) João não considera a estrela da manhã a estrela da tarde.

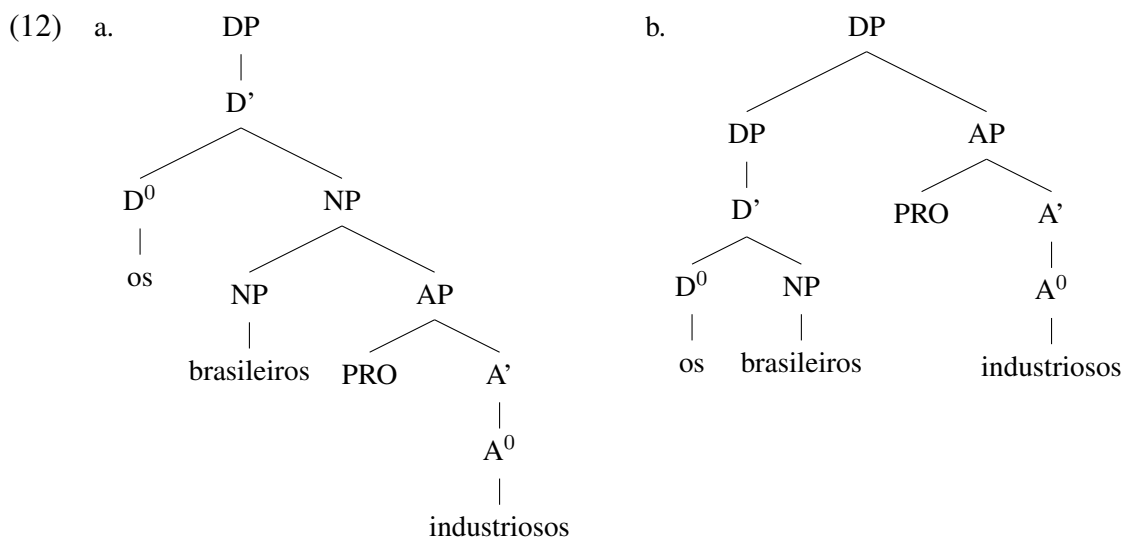
Isso se dá porque nesse caso os dois SDs não constituem uma relação sujeito-predicado. Em consequência, não têm uma estrutura de pequena oração e só resta portanto uma estrutura de adjunção. Note-se que mesmo os adeptos da estrutura de pequena oração estão de acordo sobre a não adequação de tal estrutura para exemplos como (11). Para esse fim, cf. Stowell (1987).

Portanto, as estruturas de adjunção expressando predicação são independentemente exigidas.

3 Desvantagens da análise desses adjetivos em termos de pequena oração

Qual seria a explicação de (3) numa proposta com uso de estruturas de pequena oração?

Como primeira hipótese, imaginemos que se mantivesse para a interpretação restritiva, que é a estrutura analisada como não sendo de pequena oração, a estrutura em (6a), o que considero muito plausível. Para a interpretação não-restritiva, que é a tratada como estrutura de pequena oração, restariam então duas possibilidades: ou a pequena oração estaria em adjunção ao SN (como em (12a)), ou ao SD (como em (12b)):



Evidentemente, dentre as duas estruturas, a adequada seria a que fornecesse a leitura apropriada; i.e., a leitura não-restritiva, em que PRO estaria ligado a *os brasileiros*, e não somente *brasileiros*. Considerando que PRO precisaria estar ligado em certa categoria mínima de regência, e que essa categoria, dentro de um SD, seria o primeiro nóculo SN ou SD que domina PRO e o seu regente e que contém um possível antecedente para PRO, em (12a) PRO estaria coindexado com *brasileiros*, porque esse primeiro nóculo seria o SN e dentro desse SN o candidato a antecedente de PRO seria *brasileiros*. Portanto, (12a) não forneceria o resultado desejado. Mas em (12b) a categoria de regência do PRO seria o SD, e portanto, o antecedente de PRO seria *os brasileiros*, e não simplesmente *brasileiros*. Portanto, (12b) forneceria o resultado desejado. Em resumo, numa perspectiva com uso de estrutura de pequena oração, a diferença entre (3a) e (3b) poderia ser captada em termos das estruturas (6a) e (12b), respectivamente.

Uma segunda hipótese seria atribuir a (3a) e (3b) as estruturas (12a) e (12b), respectivamente.

A primeira questão que surge então é por que atribuir uma estrutura de pequena oração a (3a,b), quer seja a uma de suas interpretações, quer às duas, se se obtém o resultado desejado de modo mais simples e econômico com uma simples estrutura de adjunção? Na verdade o que ocorre é que não há nenhuma razão para a postulação de uma categoria vazia nessas estruturas, além do desejo de expressar a predicação em termos da relação sujeito-predicado. Dado que nada mais leva à existência de PRO nessas estruturas, e que com a distinção entre SN e SD o contraste entre as duas leituras (i.e., suas diferentes relações de predicação) é automaticamente captado, concluo que para (3) uma análise em termos de adjunção é preferível a uma análise em termos de pequena oração.

Mas essa é só uma das desvantagens da proposta de uma estrutura de pequena oração para os adjetivos pós-nominais do inglês e do português. Consideremos outros problemas dela decorrentes.

Um segundo problema é que sob essa perspectiva com pequena oração os adjetivos nessas estruturas constituiriam um domínio de predicação — “PRO-adjetivo”. O problema é que a configuração sujeito-predicado nessas estruturas teria o objetivo de expressar a predicação, mas seriam então redundantes com a expressão da predicação por meio da estrutura de adjunção. I.e., a predicação seria expressa duplamente pelos mesmos constituintes, apesar de o ser de diferentes modos.

Um terceiro problema é que, apesar de o objetivo de expressar a predicação exclusivamente em termos da relação sujeito-predicado ter sucesso em exemplos com adjetivos pós-nominais, essa tentativa falharia na posição pré-nominal, porque então claramente não se tem uma relação sujeito-predicado. Em português, na posição pré-nominal, nem se tem A', mas somente A⁰, como mostrado em (13):

- (13) a. *Um [cheio de lucidez] menino
 b. Um menino [cheio de lucidez]

Portanto, não haveria generalização nessa proposta — ela somente se aplicaria aos modificadores adjetivais do inglês e do português em posição pós-nominal.

Um quarto problema é que essa proposta seria inconsistente com a distinção sujeito/predicado — por exemplo, na sentença *João é um menino cheio de lucidez*, *cheio de lucidez* já é um predicado, e portanto *um menino* é parte dele, mas se se trata *cheio de lucidez* como constituindo um domínio na relação sujeito-predicado, teríamos de tratar *um menino* sob a forma de PRO, como o sujeito de *cheio de lucidez*. Em outras palavras, *um menino* seria tratado como parte do predicado e como (o antecedente de) um sujeito, o que é contraditório. Por outro lado, *cheio de lucidez* seria ao mesmo tempo um predicado total e parte de um predicado.

4 Motivação empírica a favor de uma estrutura de adjunção para os adjetivos pós-nominais

Finalmente, também empiricamente a análise dos adjetivos pós-nominais em termos de adjunção é superior à análise em termos de pequena oração, porque ela consegue explicar as possibilidades de extração dos adjetivos pós-nominais, mas a análise em termos de pequena oração não. Considere-se o contraste em (14)-(15):

- (14) a. Eu comi a goiaba verde.
 b. Eu comi verde a goiaba.
 c. Verde, eu comi a goiaba.
- (15) a. Eu comprei o livro verde.
 b. *Eu comprei verde o livro.
 c. *Verde, eu comprei o livro.

Em (14), o SA *verde* está em adjunção ao SD. Todo o SD é marcado tematicamente por *comer* (esse SD é o complemento desse verbo), e por isso não é uma barreira, e então o SA pode ser extraído. Em (15), o SA está em adjunção ao SN, de modo que se esse SA se deslocar dentro do SD tem de atravessar tanto o nóculo SN quanto o SD. O problema é que esse SN não é marcado tematicamente (ele é somente o complemento *estrutural* de D⁰), e como tal é uma barreira inerente, e então o SD torna-se uma barreira por herança. Portanto, (15b,c) são agramaticais porque o vestígio do adjunto não está sendo regido pelo antecedente, e (14b,c) são gramaticais exatamente porque o vestígio está então sendo regido pelo antecedente e como tal licenciado. Além do mais, o princípio da Subjacência está sendo violado em (15b,c), mas não em (14b,c).

Por outro lado, os exemplos (14) e (15) também constituem evidência a favor de (4b), em contraste com (4a): somente uma proposta com duas projeções máximas pode explicá-los automaticamente. Evidentemente, aos adeptos de (4b) caberia a tarefa de modificar o arcabouço da teoria a fim de que pudesse explicar as extrações de adjetivos de dentro de expressões nominais.

5 Observações finais

Em resumo, de um lado há várias desvantagens em se tratarem os adjetivos pós-nominais como constituindo uma estrutura de pequena oração, e, de outro lado, há várias vantagens em se analisá-los como constituindo uma estrutura estritamente de adjunção: esta perspectiva explica automaticamente sua distribuição, sua semântica e suas possibilidades de extração. Além disso, há motivação independente justificando a expressão de uma proposição em termos da relação argumento-adjunto. Portanto, uma derivação para essa construção a partir de uma estrutura de adjunção sem domínio de pequena oração é preferível a uma estrutura de pequena oração.

Referências**

- ABNEY, S. *Functional Elements and Licensing*. Manuscrito. GLOW. Gerona, Espanha, 1986.
- ABNEY, S. P. *The English Noun Phrase in its Sentential Aspect* 1987. 234f. Tese (Doutorado em Linguística) — MIT, Cambridge, 1987.
- CHOMSKY, N. *Barriers*. Cambridge, MA: MIT Press, 1986a.
- CHOMSKY, N. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger Publishers, 1986b.
- FUKUI, N. *A theory of category projection and its applications*. 1986. 281f. Tese (Doutorado em Linguística) — MIT, Cambridge, 1986.
- KATO, M. A. Sujeito e tópico: duas categorias em sintaxe? *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 17, Unicamp, Campinas, p.109-132, 1989.

**Nota das editoras: O texto reproduzido neste *Caderno* segue fielmente o manuscrito de Lobato, com a observação de que as referências bibliográficas listadas pela autora foram completadas por nós, pois o texto original trazia apenas o nome do autor e a data da publicação. Por esse motivo, tivemos algumas dúvidas em identificar ao certo algumas publicações citadas por Lobato. Explicaremos a seguir os problemas que encontramos em cada caso e a solução adotada por nós. No texto original, consta uma citação a Abney (1986), mas acreditamos que a autora tenha se referido à tese do autor, defendida em 1987, apesar de haver também uma apresentação do autor do ano de 1986. Por essa razão, optamos por citar os dois trabalhos nas referências bibliográficas. Situação semelhante ocorre com as citações aos trabalhos de Chomsky (1986) e Stowell (1987) no texto original: visto que cada uma dessas citações remete a mais de uma possibilidade de referência, optamos por incluir as prováveis obras que Lobato poderia estar mencionando em cada caso. Há também uma citação a Kato (1989) no texto original que nos deixou com certas dúvidas, pelo fato de o texto mencionado não trazer as estruturas em discussão. A esse respeito, decidimos incluir na lista de referências o trabalho de Kato compatível com o ano de publicação citado, embora o tipo de oração mencionado no manuscrito (*small clause*) conste em outras publicações. Assim, para conhecimento do leitor, incluímos nas referências também uma publicação mais recente de Kato, a respeito das *small clauses* no PB, Kato (2007).

KATO, M. A. Free and dependent small clauses in Brazilian Portuguese. *DELTA*, v. 23, n. especial, p. 85-111, 2007.

STOWELL, T. *Null operators and the theory of proper government*. Manuscrito. UCLA, California, 1987a.

STOWELL, T. *Small Clause Restructuring*. Manuscrito, 1987b.